

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DE MAIO**

**ATA N.º 2/2020**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 2/2020**

1. Aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte, por videoconferência, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas, tendo estado presentes todos os membros convocados, nomeadamente:
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Ricardo João Dias Mateus, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Maria João Teresa Ribeiro, Ana Sofia Gaspar Azenha, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Ricardo Manuel Coelho Videira, João Carlos de Carvalho B. Perdígão Marquês (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino.
4. **A Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, saúda todos os presentes. Refere que é a primeira Assembleia por videoconferência solicitando que sejam todos compreensivos se existir algum lapso. Agradece aos técnicos da Câmara pelo seu trabalho incansável e pelo presente apoio para que a sessão da Assembleia possa acontecer.
5. Informa que, para dar cumprimento ao disposto no artigo n.º 3, da Lei n.º 1-A de 2020, de 19 de março, será feita a gravação de áudio e imagem da referida sessão, para posterior colocação no sítio eletrónico da Autarquia.
6. Informa ainda que como não há folhas de presença, o que vai servir como folha de presença para todos os efeitos vai ser a Minuta da Ata.
7. Alerta novamente para o processo de votação, agradecendo que aquando das votações, deixem ficar a mão no ar ou o dedo, até informar que se pode baixar, pelos elementos da sessão estarem em duas telas e tem de ver bem a votação de cada um.
8. Refere que a forma de intervir é como na Assembleia presencial, quando se der a palavra, podem intervir.
9. Agradece que mantenham o microfone desligado sempre depois de cada intervenção, para não haver feedbacks, por causa da gravação.
10. Questiona se existe alguma dúvida.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 1.º Ponto – **MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE IMPACTOS DO COVID-19**
11. Coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

12. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e saúda todos os presentes, neste especial contexto Covid 19, que não permite que estejam presencialmente uns com os outros.
13. Saúda os técnicos do Município, ao serviço, que no presente contexto, conseguem continuar a trabalhar e a fazer o mais importante para o Concelho de Vendas Novas.
14. Refere que o primeiro ponto é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal e visa dar cumprimento a um conjunto de diretivas e normativos legais que, de alguma forma, os impelem a dar conhecimento das medidas adotadas no presente, pelo Município, perante a pandemia do Covid 19 e a abordagem local que fizeram, nomeadamente, no uso das suas competências, daquelas que lhe foram delegadas pela legislação recente que saiu, numa ótica de agilização de processo.
15. Menciona que o primeiro despacho do Município de Vendas Novas saiu a 11 de março, com as primeiras medidas de abordagem à contenção e à prevenção do Covid 19 no Concelho de Vendas Novas até ao momento seguinte, com a declaração do Estado de Emergência Nacional, decretado pelo Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no dia 18 de março e que culmina no dia 2 de maio com as primeiras medidas de desconfinamento no Concelho de Vendas Novas.
16. Refere que está presente toda a informação do que foi feito. Obviamente, que os partidos têm tido a noção e têm tido conhecimento dessas medidas, por terem tido o cuidado de se reunir, até a pedido do Partido Social Democrata, fazendo uma Conferência de Líderes que lhes permitiu, de alguma forma, não só dar conhecimento do que estavam a fazer, mas também receber contributos, sendo que no presente documento está espelhado, não só aquelas que foram as decisões dos eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal, mas também de muitas propostas do PSD e da CDU, pelo que no presente contexto e clima, a união é de facto o sentimento mais importante para se conseguir superar as adversidades e, nesse sentido, são estas as medidas que estão espelhadas no documento que está presente para conhecimento da Assembleia Municipal, que representa um todo, em que de alguma forma todos tiveram o seu contributo.
17. Menciona que se encontra à disposição, sendo um documento informativo, daí a tomada de conhecimento.
18. **O Membro José Leitão** refere que o presente ponto deveria fazer parte da Informação Municipal. Deveria ser o último ponto da Assembleia Municipal Extraordinária. O que está presente trata-se de informação da atividade do Município à Assembleia Municipal.
19. **O Presidente da Câmara Municipal** refere que tratando-se de uma Assembleia Municipal Extraordinária e não existindo o ponto de Informação Municipal, esclarece o Membro José Leitão que o enquadramento legal da presente informação é o constante do ponto 2, do artigo 7.º b, da Lei 6 de 2020, que os impele a dar conhecimento concreto à Assembleia Municipal dos atos praticados pela Câmara Municipal relativamente às respostas à pandemia Covid-19, sendo uma obrigação legal. O que estão a fazer não é Atividade Municipal, é um ponto claramente exclusivo do Covid-19 e tem a ver com o que está mencionado no ponto 2 do artigo 7.º b, da Lei n.º 6 de 2020, de 10 de março.
20. **O Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e saúda todos os presentes. Lamenta o momento que se está a viver, em que não é permitido estarmos juntos presencialmente. Saúda, na pessoa da Presidente da Assembleia Municipal todos os Membros e, na pessoa do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, lamentando não poder saudar os cidadãos que costumam acompanhar as sessões, saudando os colaboradores do Município que apoiam e possibilitam a ferramenta que lhes permite reunirem.
21. As limitações que foram impostas durante as semanas passadas referindo, sem precedentes, numa história recente, colocaram todos à prova e a sua primeira palavra sincera seria para os Vendasnovenses, pela forma como civicamente e solidariamente, se comportaram durante todo o período. Julgando que é um reconhecimento que será extensivo por todos os membros da Assembleia

Municipal, referindo que a população Vendasnovense deu um exemplo de cidadania ao longo de praticamente dois meses de pandemia.

22. Saúda também o facto de a Assembleia Municipal utilizar como recurso as novas tecnologias, congratulando-se com isso e com a forma como procuraram organizar e diligenciar para que se pudesse, da melhor forma possível reunir, e a respetiva disponibilização no site do Município que lhe parece importante por uma questão de transparência para que os munícipes possam consultar. Deixa um repto para que no futuro as sessões possam ser transmitidas alternativamente, ou no sítio do Município, ou nas redes sociais, ou pela comunicação social local, se a mesma assim o entender, parecendo-lhe que fariam um bom serviço aos munícipes a favor da transparência, do trabalho que todos zelosamente produzem.
23. Antes de ir à intervenção concretamente do ponto, refere que se revê na intervenção do Senhor Presidente da Câmara relativamente à necessidade de prestar esse tipo de informação, estando num momento particularmente atípico da vida em comum e é particularmente importante poder-se debater e terem o fórum para falar com a Câmara Municipal. Em particular até o PSD por não ter membros eleitos na Câmara Municipal, não tem tantos fóruns e a disponibilidade foi sempre a mesma prestada pela Câmara Municipal, para os ouvir e para os receber, mas o facto é que a Assembleia Municipal é um órgão importante que deve de ser ouvido, deve de ser consultado e obviamente também têm os seus comentários a fazer, algumas críticas, alguns reforços à atuação da Câmara Municipal, mas no global, como sempre dizem a intervenção da Bancada do PSD será sempre de apoio ao que tem de ser feito.
24. Começa por dizer que desde o primeiro dia que o PSD procura ativamente fazer parte da solução para o Município em relação à questão da pandemia. Deram publicamente todo o apoio às ações do Município, propondo já trinta e sete soluções à Câmara Municipal. Algumas das quais felizmente foram aceites, outras não foram possíveis de enquadrar na estratégia da Câmara Municipal, respeitando-o.
25. O facto de terem pedido a reunião, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, não foi nos moldes que a Bancada do PSD pretendia, mas é um facto que a reunião se realizou e foi trocada informação. Algumas das propostas foram acolhidas e, de alguma forma, também será consensual durante o estado de emergência, fizeram uma oposição um pouco menos mediática, um pouco mais branda, para permitir que a Câmara Municipal se focasse verdadeiramente naquilo que era importante no momento que era o combate à pandemia e à mitigação.
26. Reiterando a pré-disposição da Bancada do PSD para apoiar aquilo que são as ações do Município, aquilo que é a atividade que o Município tem na mitigação da pandemia e reforçando o apoio público do que foi feito até ao presente, o PSD não deixou de cumprir o seu papel e a sua posição. Não deixaram de monitorizar e quando acharam que deviam condicionar a Câmara Municipal a contribuir, fizeram-no, por entenderem que era o benefício de Vendas Novas e dos Vendasnovenses, sendo que, nesse contexto, apresentaram as tais propostas e algumas delas importa que sejam reforçadas presentemente, quer propostas, quer algumas críticas ao trabalho do Município, que espera que as interpretem como sendo construtivas para que se faça melhor naquilo que ainda se tem pela frente e que infelizmente todos pensam que será durante mais algum tempo.
27. Desde logo na questão da comunicação, entendem que deve ser maximizada a utilização dos meios de comunicação para se chegar à globalidade dos munícipes. A Câmara Municipal tem feito o uso bastante sistemático das redes sociais e entendem que bem, mas as redes sociais não chegam a toda a gente. Entendem que seria importante utilizar mecanismos como a rádio, jornal, a revista municipal é importante e até sms que estão à disposição da Proteção Civil caso se venha a tornar necessário.
28. De alguma forma, em alguns momentos, as ações de comunicação não foram tão assertivas como aquilo que deveriam e focadas nos conteúdos no combate à pandemia, mas sim no promotor, na ação da Câmara Municipal. Têm de se focar no conteúdo, no objetivo.

29. Nas ações de comunicação relacionadas com ações solidárias, entendem que deveria haver um foco maior nas empresas ou nos cidadãos que contribuíram, porque só desta forma se conseguem incentivar a que outros possam agir da mesma forma. Não deve ser a Câmara Municipal a ser o protagonista desse tipo de ações, mas sim a empresa, mas sim o Município que fez essa iniciativa, que tomou essa ação, que deu uma parte de si ou do que é seu para contribuir para todos. Em algum momento esta crítica não se aplica nos últimos tempos, mas em alguns momentos não ficaram confortáveis com o aparecimento de autarcas, no caso do Senhor Presidente e dos Vereadores, no caso na fábrica da AUNDE, quando se estava a vincular informação que as pessoas se deviam preservar, deviam ficar em isolamento e, no entanto, a Câmara Municipal aparece dentro de uma fábrica que está a produzir máscaras para o Hospital de Évora. Entendem que a mensagem que estava a ser passada não se coadunava, não era compatível com as ações que estavam a ser tomadas e nesse contexto, julga até que isso foi uma questão corrigida, mas obviamente que o Senhor Presidente terá oportunidade de responder.
30. Em relação à comunicação, entendem que a informação relativamente às infraestruturas provisórias destinadas à recolha de doentes com Covid, não foi disponibilizada muito cedo, mas particularmente ingrata foi a situação relacionada com o Regimento de Artilharia n.º 5, que a população acabou por saber pela comunicação social nacional e mesmo regional de que existiriam camas no Regimento de Artilharia, e deveriam saber pela fonte oficial mais próxima de todos, a Câmara Municipal. Foi um preâmbulo, uma fase inicial, mas o que os preocupa mais em termos de comunicação é aquilo que vem sendo vinculado em relação ao número de casos em Vendas Novas e alguma confusão que se tem instalado a este propósito.
31. No dia 22 de abril, a comunidade de Vendas Novas ficou a saber que existiam casos de Covid 19 no concelho, numa comunicação preparada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.
32. Apesar do compromisso de manter a população informada nesse dia, o facto é que nos dias seguintes, houve uma sucessão de situações que em vez de confortarem e esclarecerem os Vendasnovenses, acabaram por baralhar-los. Não foram só questões da Câmara Municipal, foram também questões a nível central, da própria DGS, mas que importa que se esclareça e que se debatam presentemente.
33. Refere que a Câmara Municipal teve algumas falhas técnicas, dando como exemplo o primeiro Boletim Informativo emitido pelo Município, no qual a Câmara Municipal referia uma linha de apoio que era a linha de Saúde 24, sendo uma linha que não existe, pois o seu nome é linha SNS 24.
34. Uma segunda linha importante, passados cinco dias, dia 27 de abril, o Boletim Informativo do Município indicava que existiam cinco casos confirmados de Covid em Vendas Novas e dois recuperados, quando nesse mesmo dia um novo vídeo do Senhor Presidente da Câmara, dizia que existiam sete casos confirmados em Vendas Novas e é factual. O Senhor Presidente, no vídeo que fez tinha razão, o número de casos nunca pode diminuir, o que pode diminuir é o número de casos ativos e pode subir o número de casos recuperados. A informação que é dita verbalmente no vídeo não era compatível com a informação que estava a ser vinculada pelo Município no seu Boletim Informativo.
35. Refere que houve um grande período de desconforto durante alguns dias e no final do mês, no dia 30, realmente houve uma satisfação para a população, foram confirmados zero casos ativos de Covid no Concelho de Vendas Novas. Desde então houve um sobe e desce no número de casos confirmados, primeiro desceu de sete para seis, depois subiu de novo para sete, depois para oito, finalmente para nove, no momento em que o Município fez finalmente uma nova comunicação a informar que existiria um caso ativo, sendo isso no dia 13 de maio.
36. Refere que, infelizmente, na presente data os números que são vinculados pela Câmara Municipal, como foi explicado pela própria Câmara Municipal nas suas redes sociais não batem com aqueles que são disponibilizados pela DGS.
37. Na interpretação da Bancada do PSD, a Câmara Municipal deve de ser um veículo que promove o esclarecimento e deve ter um papel que ainda não conseguiu desempenhar no presente período, de ser claro e é importante ser muito claro e recuperar essa confiança.

38. Vendas Novas teve uma situação particularmente “sui generis”, uma vez que os primeiros sete casos confirmados foram recuperados num tempo recorde e sem que sequer se tivesse constituído uma cadeia de contágio, recordando que se tratava de um conjunto de pessoas que trabalhavam num lar de idosos e que conseqüentemente tiveram um contato direto com cidadãos mais vulneráveis, mais permeáveis ao contágio pelo Covid 19. No momento em que o diagnóstico acontece, a questão foi muito divulgada, apareceu a comunicação social de âmbito nacional, o que gerou algum desconforto e alguma apreensão ao local, uma pressão e stress em todos os lares de idosos, em toda a comunidade e, particularmente ao lar que se refere, ao Lar “Raízes do Tempo”, como é sabido.
39. Atendendo a esta situação, referindo-se ao Senhor Presidente, teria sido fundamental que a Proteção Civil e o seu responsável máximo, o Senhor Presidente, tivessem vindo ao terreno explicar ou exigir que se explicasse o que se passou, para se tranquilizar a comunidade, que o desaparecimento ou a omissão em nada ajudou a acalmar os Vendasnovenses, atrevendo-se a dizer que, em algumas faixas da população do Concelho, ainda no presente não se recuperou a confiança nas autoridades e é muito importante, atendendo ao período em que se vive e que se pode continuar a viver, que essa confiança possa ser recuperada.
40. Infelizmente, na sua interpretação essa questão está resolvida, o mal está feito. Importa é aprender com o que aconteceu e garantir uma melhor gestão em situações futuras.
41. Por esse motivo e passado todo o tempo de stress e tensão, solicitam ao Senhor Presidente que esclareça o que sabe dos sete casos confirmados e aos testes que foram aplicados, se as autoridades confirmaram se as pessoas tiveram mesmo infetadas ou, se de alguma forma, poderá ter existido algum erro associado a esses testes.
42. Em relação à ação e estratégia, refere que numa primeira linha que se reveem integralmente nas medidas que estão a ser implementadas, inclusive, aquelas que são menos populares. Concordam com elas e nem sempre é possível agradar a todos, mas concordam com a necessidade de tomar medidas e algumas delas com um pouco mais de força e menos populares.
43. De qualquer forma, parece-lhes que em alguns casos a implementação de medidas tem acontecido de forma tardia, dando como exemplo o encerramento de bebedouros, o atraso na disponibilização de EPIS para idosos e população carenciada e questiona para quando está previsto essa medida, se é que está prevista. A própria limpeza e desinfestação de espaços públicos começou já no final do mês de abril, quando o estado de emergência foi declarado a meio do mês de março.
44. O apoio ao comércio local, lembrando que reabriu no dia 4 de maio, há uma semana e meia e, e no presente, onze dias depois não foi disponibilizado um kit de proteção para os comerciantes que já estão em funcionamento.
45. Perceberam, de uma comunicação feita no presente dia, que serão disponibilizados kits para os restaurantes que vão entrar em funcionamento na próxima segunda-feira, mas questionam relativamente aos comerciantes que já estão em elaboração, que já estão em operação se vai ser disponibilizado ou não, porque a ser, vão ser com duas semanas de atraso, na interpretação da Bancada do PSD.
46. Algo que lhes parece importante e foi uma recomendação que fizeram e reitera e que infelizmente não aconteceu. Concordando com o cancelamento da Feira da Bifana e com as atividades que aglomeram muitas pessoas no Concelho de Vendas Novas até ao final do ano, não deixam de achar que teria sido muito importante assinalar, no presente fim de semana, que era o fim-de-semana da Feira da Bifana, esse marco importante para Vendas Novas.
47. Refere que as Bifanas de Vendas Novas são talvez uns dos motivos pelos quais a nossa terra é mais conhecida, sendo um dos principais geradores de emprego, um dos principais geradores de riqueza para toda a comunidade direta e indireta.

48. Menciona que teria sido do ponto de vista da Bancada do PSD, da imagem do marketing, alavancá-la com uma ação nesse mesmo dia. Propuseram uma, mas poderia ter sido qualquer outra, mas deixar de fazer nem que seja simbolicamente alguma ação, não lhes parece o mais acertado, referindo que ainda têm dois dias de fim-de-semana e não sabe se a Câmara Municipal tem alguma coisa pensada e se tiver agradece que informe a Bancada do PSD.
49. Fala de outros exemplos, como a festa de anos para crianças, uma medida pela qual simpatizaram muito, mas que tendo sido lançada no presente dia poderia ter sido lançada mais cedo, mas obviamente antes tarde do que nunca e se reveem nela e ainda bem que a partir de agora as crianças passam a ter essa facilidade.
50. Outra questão que lhes parece muito importante e para concluir o ciclo de recomendações da Bancada do PSD, tem a ver com os equipamentos informáticos para uso de jovens em idade escolar. A Câmara Municipal teve uma ação muito rápida e extraordinária com os estudantes do ensino primário que já tinham o equipamento à disposição na escola e conseguiu rapidamente transpor isso para que os pudessem levar para casa e ainda acrescentou o acesso à internet.
51. Reveem-se integralmente nessa medida e apoiam-na, achando que poderiam ter ido um pouco mais longe, no que diz respeito aos jovens do ensino secundário e do ensino básico e, como é sabido, existe uma quantidade bastante grande de jovens que não têm acesso à internet e nem sequer têm equipamento informático em casa e, ao que sabem, somavam 180. O Agrupamento de Escolas conseguiu reconfigurar alguns computadores do Agrupamento de Escolas e prepará-los para que os alunos os levassem para casa, garantindo que os do ensino secundário tinham acesso, mas houve realmente uma faixa etária entre o quinto e o nono ano que não teve acesso e aqui seria importante, de alguma forma, apelar à solidariedade dos Vendasnovenses ou até mesmo que a Câmara Municipal fizesse um investimento oferecendo esse equipamento à escola para uso da escola e, eventualmente, para que as crianças se deslocassem e o utilizassem lá ou outra solução que permitisse que não fossem colocadas numa situação de desigualdade, porque o que se tem no presente momento em Vendas Novas e não só, no país, em todos os locais em que as Câmaras Municipais, não fizeram a aquisição de equipamento informático, não existe igualdade no acesso à educação para um aluno que não tenha um computador em casa e acesso à Internet, em relação a um aluno que realmente o tenha e, isso faz toda a diferença e, será consensual entre as Bancadas e é consensual que se deve tentar rever, em tempo útil, para o início do próximo ano letivo, obviamente, se se aplicarem as presentes restrições dos dias de hoje.
52. Referindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que reafirmam a disponibilidade da Bancada do PSD e o papel da oposição ativa e responsável e mantêm o apoio às medidas que foram implementadas até ao presente e mantêm também a disponibilidade para ir mais longe se a Câmara Municipal entender que for necessário. Manter-se-ão vigilantes e continuarão a contribuir, na medida das suas possibilidades, para encontrar soluções que minimizem o impacto da pandemia na nossa comunidade, sendo afinal esse o objetivo de todos os presentes.
53. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra e saúda todos os presentes na nova situação e realidade em que se vive e no novo formato da Assembleia Municipal e que pensa que está a correr de modo bastante positivo e é com grande alegria que vê todas as caras que veria de modo presencial, o que significa que estão ainda todos aptos para um novo passo, rumo a um futuro mais tecnológico.
54. Salaria que a pandemia acabou por apanhar todos nós de surpresa, sendo que há dois meses que estão todos praticamente fechados em casa, mas é bom ver ainda que há quem durante esse tempo todo tenha conseguido continuar a sair de casa, a garantir os nossos serviços públicos e de qualidade, nomeadamente todos os funcionários e trabalhadores que mantiveram o país ainda a trabalhar, que estiveram lá fora, expostos a um grande risco para que alguns possam estar em casa em segurança, mas também deixar uma palavra para a Câmara Municipal e para todos os eleitos do Município que, mesmo correndo o risco de virem a ser contaminados, ou de colocarem a sua saúde em risco, não se abstiveram de continuar a fazer o seu trabalho, deslocarem-se às várias fábricas e às várias pessoas que continuaram a trabalhar para o bem-comum e isso sim demonstra que quando se elege Presidentes de

Câmara, Vereadores, outros autarcas, como os Presidentes de Junta, para nomear aqueles de maior poder executivo, elege-se pessoas que não se fecham em casa durante uma pandemia, mas que saem, que dão a cara por todos os Vendasnovenses e que vão aos locais onde realmente eles importam estar que é junto das pessoas que continuam a trabalhar e que continuam a dar o seu melhor pelo bem de todos e, por isso, estende o agradecimento público a todos os autarcas, além de todos os trabalhadores dos serviços essenciais.

55. Reforça que todas as medidas que a Câmara Municipal acabou por adotar, necessariamente são um meio termo entre aquilo que é o desejável e aquilo que é o possível.
56. Obviamente, numa situação pandémica como a que se vive, estão todos pela primeira vez a viver essa situação, não sabendo bem daquilo que se necessita, não sabendo bem qual é o impacto de cada medida que a Câmara pode tomar e também tem de se olhar ao possível, ao que legalmente se consegue fazer, mas também àquilo que financeiramente e, infelizmente temos essa restrição ainda, global e genérica, que financeiramente também se pode fazer.
57. Quando fala do legal, fala de que e durante a pandemia, houve muitas situações em que se esteve quase a desejar atalhar a legislação para se chegar a determinados objetivos e uma das razões pelas quais se deve estar mais atento, principalmente na fase de emergência, é que nunca se deve colocar aquilo que é a realidade da legislação à parte para se cumprir objetivos. Isto entronca na capacidade que a Câmara tem, limitada, de por exemplo, adquirir bens para fornecer a quem tem as suas necessidades pontuais, ou seja, crê que a Câmara Municipal não possa atalhar procedimentos concursais para adquirir bens para que possa oferecer a este ou àquele grupo que esteja mais necessitado. Embora aí sim, esteja um conflito que existe entre a necessidade e a possibilidade de se fazer isso e, pelo menos, o Partido Socialista não nega que a necessidade de se ir mais longe fosse real, agora temos também de se limitar àquilo que a legislação felizmente ou infelizmente nos restringe.
58. Comenta ainda a situação que se vive em Vendas Novas e, é com alguma alegria e honra que se deve ver que o Regimento de Artilharia se disponibilizou para ajudar o país e para ajudar, nomeadamente a região Alentejo, numa situação de necessidade extrema, tendo disponibilizado camas, caso fosse necessário, felizmente não ocorreu, para acolher doentes de Covid.
59. Pensa que se tem um Regimento de Artilharia que muito tem dado à nossa cidade e não é por esse voluntarismo que se têm de desejar piores ou melhores relações com o Regimento, achando que o Regimento teve muito bem, sendo da sua inteira independência, enquanto Unidade das Forças Armadas em tomar essa decisão, pensando que não tenha de recorrer a nenhuma autorização municipal, nem informar, embora isso caiba no âmbito das relações institucionais entre os dois organismos e, gostaria de deixar a palavra, em nome do Partido Socialista de apreço ao Regimento de Artilharia, por se ter disponibilizado e por ter sido parte integrante do combate que todos fizeram e continuam a fazer.
60. Relativamente à situação de Vendas Novas, todos vivem felizmente grande parte da pandemia sem casos na nossa cidade, o que deixou as famílias em alívio. Mas, de facto, chegou a uma altura em que tiveram casos confirmados e aqui temos de colocar sempre aquilo que é uma discussão política de lado, porque no que respeita ao número de casos confirmados de Covid, seja em Vendas Novas, seja em qualquer concelho, em Vendas Novas não é o único concelho em que sobe ou desce no Boletim diário da DGS. Deve-se sempre, em primeiro lugar, facultar-nos daquilo que são os números e a informação que vem dos organismos de saúde, ou seja, qualquer objetivo que tenhamos a nível político de tentar influenciar ou duvidar dos números que são divulgados pela Direção Geral de Saúde ou por outra qualquer instituição de saúde pública, pensa que seja um mau serviço que se está a fazer ao país.
61. Em primeiro lugar, porque se se começar a duvidar de todos os números que são publicados e defendidos por aqueles que têm o dever de nos informar, esse é o primeiro passo para se chegar ao caos, para se chegar a uma situação em que toda a informação que recebemos é uma informação que é duvidada e acha que por parte dos presentes eleitos pelos Vendasnovenses para os representar, devem ser os primeiros a tentar evitar este anseio de começar a causar dúvida sobre os dados que veem da DGS.

62. Obviamente, que todos podemos achar que é quase milagroso que determinadas pessoas tenham registado como Covid positivo num momento e num curto espaço de tempo tenham sido detetados como Covid negativo, mas não lhe cabe a si na política essa discussão, nem é epidemiologista para conseguir ter capacidades técnicas de duvidar daquilo que são as informações técnicas de saúde laboratoriais que receberam. Para si, se uma pessoa hoje é testada como Covid positivo, toma isso como sendo um facto. Se amanhã a pessoa é Covid negativo, toma isso como um facto e se daqui a dois dias for outra vez positivo, também toma isso como um facto, porque pessoalmente, não tem conhecimento técnicos para duvidar de alguém que faz as análises e que depois transmite informação sobre esses resultados. Podem sim indagar se, de facto, poderá ter havido alguma coisa que pontualmente possa ter colocado em causa a fiabilidade dos resultados, sendo essa outra questão e, aí convém também perguntar se as entidades oficiais têm alguma razão para crer que os resultados apresentados, seja de Covid positivo no início, seja de Covid negativo, subsequentemente, puderam ter algum grau de contaminação exterior para darem aquele resultado e, isso é uma questão que se pode fazer. Mas, a partir do momento em que as autoridades de saúde nos disserem que não há razões para duvidar da fiabilidade dos dados, também não lhe parece que enquanto eleitos, tenham o dever ou sequer o direito de duvidar daquilo que são as informações dadas por quem melhor sabe e por quem mais conhecimento tem nessa área em concreto.
63. Depois crê que em termos do papel da Câmara Municipal, deve de ser esse, deve ser de veicular e facilitar a informação entre os organismos de saúde pública e a população, como sendo o órgão representativo da população Vendasnovense e com maior facilidade de transmissão de informação entre instâncias mais nacionais e distritais para o resto da população.
64. Crê que a Câmara Municipal esteve bem em transmitir os dados que a cada momento teve e nesse sentido fez bem em não questionar publicamente a fiabilidade desses dados. As discussões que são para se ter ao nível da verificação da fiabilidade, deve tê-las diretamente com a Direção Geral de Saúde ou com a ARS e não na praça pública e, nesse sentido, crê que a Câmara também não deve comentar casos em particular. Aliás, pensa até que seja uma violação da lei, estar a comentar casos particulares, seja de pessoas, seja de instituições em concreto, nem a bem, nem a mal, ou seja, quer com isso dizer, nem a Câmara Municipal tem o dever ou o direito de comentar casos que possam ter aparecido numa determinada instituição, que o Partido Socialista, pelo menos a sua Bancada da Assembleia Municipal não irá sequer referenciar qual a instituição, crendo que não faça parte do seu dever, nem do seu direito, nem também deve violar a obrigação de sigilo para coisas que, no presente caso, foram positivas. A ver da Bancada do PS, a Câmara Municipal cumpriu a legislação ao resguardar o sigilo que, nesse caso, é um dos direitos mais fundamentais e constitucionais que cada um tem enquanto cidadão individual e enquanto pessoa coletiva, seja de solidariedade social, seja de qualquer outro âmbito.
65. Para não tomar muito mais tempo na intervenção, gostaria de deixar estes comentários e acabar por reafirmar que, em primeiro lugar, que confiam nas instituições que, por direito, divulgam as informações sobre Covid e só num último lugar na tabela de muita informação e de muita gente é que colocam o senso político, como qualquer coisa de começar a duvidar de números.
66. Em primeiro lugar, a fiabilidade de números é a “pedra basilar” para um combate a uma pandemia, para se evitar o caos e a desinformação e é essa a mensagem que gostaria de deixar.
67. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra, agradece as intervenções do Membro José Leitão, do Membro Ricardo Videira e do Membro Valentino Cunha. Antes de mais dizer que perante uma situação destas de pandemia como a que se vive, assumiram uma postura de quem está em guerra e quando se está em guerra há duas coisas essenciais que se tem de fazer. Em primeiro lugar, preparar respostas e, em segundo lugar, gerir informação. Este é o trabalho de qualquer instituição que tem obrigações e responsabilidades para com outros, como é o caso do Município de Vendas Novas e, em relação às questões colocadas pelo Membro Ricardo Videira refere que, de um ponto de vista de comunicação, a legitimidade que tem o Membro Ricardo Videira de questionar a postura e a conduta da Câmara Municipal, é total enquanto cidadão e enquanto Membro da Assembleia Municipal, como é a sua enquanto autarca de gerir essa comunicação, da forma como o fizeram.

68. Admite que há algumas questões que sejam falta de informação, mas é normal. O PSD não tem presença no órgão executivo, não tem o acesso à informação tão atualizada, como tem a CDU, que faz parte da Câmara Municipal e que, de quinze em quinze dias, no mínimo, têm acesso a essa informação.
69. Refere ao Membro Ricardo Videira que a comunicação foi feita via Município, quer no seu site, quer nas redes sociais, também via rádio, com muitos comunicados, com muitas entrevistas, com muita informação a ser vinculada e que chega a todos aqueles onde não chegam as redes sociais e que só não foi feita pelo Boletim por um simples motivo: as empresas todas, de norte a sul do país, foram afetadas e de que maneira por esta situação atual e a empresa com quem se o tem o contrato em vigor, entrou em lay-off e deixou de ter condições de o produzir. Procuraram-se alternativas, sem sucesso, porque de facto compreendem isso, as empresas são atingidas pelo presente momento deixam de ter a capacidade produtiva que tinham antes. Dessa forma, só em papel é que não saiu, saiu via rádio, saiu sempre nas redes sociais e no site do Município.
70. A questão do enfoque nas empresas e nos municípios e das doações, refere que isso também foi feito. A Câmara Municipal sempre recebeu doações, dando exemplo muito concreto, tem-se uma empresa em Vendas Novas que produziu as bandoletes para as viseiras que o pessoal da educação usa e foram produzidas em impressoras 3D em Vendas Novas e que teve o relativo destaque nas redes sociais e isso é de valorizar e a Câmara Municipal nunca deixou de valorizar todos aqueles que contribuíram e de que maneira para apoiar o Município no momento particularmente difícil e ressalva que o acesso aos produtos essenciais para proteção individual não era então tão fácil como é no presente. A comunicação foi feita de forma pragmática, assertiva e com a missão principal de informar e nunca questionar aquelas que são as entidades oficiais.
71. Em relação à presença dos eleitos, o Membro Valentino Cunha acabou por responder à sua questão, referindo que todos os eleitos da Câmara Municipal estão em funções permanentes e a partir do momento em que têm um conjunto de voluntários numa unidade fabril de Vendas Novas, a produzir de forma gratuita e voluntariosa, equipamentos que vão salvaguardar o funcionamento da estrutura mais importante de saúde do nosso distrito, foi o mínimo que entenderam fazer, foi uma palavra de agradecimento àquelas colaboradoras que ali estiveram durante semanas e ainda estão, de forma voluntária a produzir máscaras para que qualquer um que pudesse precisar delas, em qualquer momento quando vai a um hospital, as possa utilizar, termos não só os profissionais de saúde protegidos, mas nós também.
72. Entenderam que a presença do Município naquele momento, correndo os riscos, mas também garantindo os cuidados de segurança essenciais naquela visita, nomeadamente o distanciamento social, entenderam que era uma mais-valia, por lhes ser devido isso e quando fala de seres humanos, a gratidão e o agradecimento público deve ser sempre a bitola do Executivo, enquanto estiver à frente do Executivo e foi sempre assim e sempre será, independentemente das dificuldades de cada momento.
73. Em relação às infraestruturas para acolher idosos, a Câmara Municipal divulgou em bom tempo, até antes de haver um plano nacional para as infraestruturas, tinham no terreno tudo montado e isso é o mais importante. O Município tinha tudo preparado, tinha um conjunto de espaços de acolhimento para idosos, deu sempre conhecimento à Câmara Municipal e depois, mais tarde, publicamente, tinham essas estruturas criadas antes de serem necessárias, antes de serem exigidas e antes de fazerem falta. E felizmente, até ao presente dia, nenhuma fez falta e isso prova que os planos do Executivo são postos em prática e são eficientes. Esta é a ação de qualquer autarca que tem de reagir a uma circunstância.
74. Sobre o Regimento de Artilharia n.º 5, como o Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários, GNR, estruturas residenciais para idosos, todos aqueles que foram parceiros do Município nos últimos dois meses, são essenciais. O Regimento de Artilharia n.º 5 tem um papel determinante na ação desenvolvida pelo Município a nível local, foi determinante em vários momentos ao longo da pandemia, nomeadamente, na montagem das infraestruturas para acolhimento de idosos em caso de ser necessário mobilizá-los para estruturas de acolhimento. No entanto, o Regimento de Artilharia n.º 5 não responde, nem tem de responder ao Município, pensa que para todos, isso é claro e o Regimento de Artilharia n.º 5 ter criado uma infraestrutura de nível nacional em Vendas Novas e que teve

conhecimento com a deslocação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa, Jorge Seguro Sanches, a Vendas Novas, muito recentemente, e só nesse dia é que tiveram conhecimento da existência, das condições e porque lhes foi possível visitar esse espaço que é de âmbito nacional e que é utilizado pelo Ministério da Saúde em articulação com o Ministério da Defesa e, portanto, não cabe à Câmara Municipal em primeiro lugar ter acesso a informação desse calibre, porque não lhes é transmitida e quando sabem dela, tranquiliza-os, sendo um complemento àquelas que foram criadas pelo Município para o Concelho de Vendas Novas.

75. Sobre a questão e, passa a citar o Membro Ricardo Videira da “confusão dos dados”. Em primeiro lugar é um direito essencial que os Municípios têm de seguir, que é o direito à informação às suas populações. Nem todos os Municípios infelizmente adotaram esta bitola e alguns preferem não dizer nada, para de alguma forma não se meterem em campos que não são os deles e, como referiu o Membro Valentino Cunha, com muita humildade o reconhece, a Câmara Municipal de Vendas Novas não é cientificamente adaptada a trabalhar com questões científicas relacionadas com dados de testes, nem de Covid.
76. No entanto, têm uma missão, e a missão de informar é para o Executivo preponderante e foi, por isso, que no dia 22 de abril reportaram o aparecimento, depois da comunicação oficial dos dados de saúde distrital, dos primeiros sete casos positivos em Vendas Novas. E esse esclarecimento, e fez sempre questão de frisar isso em qualquer comunicação que fez, bem como o Município em todas as publicações, são dados oficiais. Não entram, e é regra número um, quando se comunica numa situação de crise, não entram em especulações, nem lhes compete identificar nem pessoas, nem instituições, tiveram sempre o cuidado de o fazer, não há uma única comunicação do Município, da Câmara, de algum Vereador que mencione nomes de pessoas ou nomes de instituições porque a preservação dessas identidades é patamar essencial na gestão de uma crise como a pandemia que se está a viver.
77. Refere que nunca falou em lares que tinham casos positivos, nem nunca falou em nomes que tinham casos positivos confirmados e, em relação a essa matéria, não existe confusões. A Câmara Municipal no dia 22 de abril passou a informação que recebeu, sete casos confirmados. No dia 25 de abril recebe uma informação e comunica os cinco casos ainda ativos e dois deles que já tinham feito contra-análises, que não o são, são novas análises que tinham já dado negativas, passadas 48 horas depois da identificação. Automaticamente e como era pouco tempo, como referiu o Membro Ricardo Videira, a cadeia de contacto era estranha, procuraram informações e essas informações chegaram pela voz do Presidente da ARS Alentejo que justifica cientificamente aquilo que o Executivo não consegue justificar, porque não são técnicos da área, não são médicos, não são especialistas dessa matéria e com a humildade do Executivo têm de seguir e aceitar as justificações daqueles que são os especialistas na matéria e, portanto, nesse sentido não há ninguém mais especializado do que um médico para dizer o que é que se passa em relação a essa circunstância e aceitaram essa justificação de que a cadeia de contágio não existiu, como não existiu em milhares de casos nomeadamente, como em milhares de casos em Portugal, em que não havia sintomas, havia contactos próximos e diretos e não havia cadeia de contágio e, portanto, aceitando isto, faz um paralelismo para os casos que se tem presentemente em Vendas Novas, que são nove, um ativo ainda e oito recuperados, nenhum deles teve sintomas, todos eles vivem em família e nenhum familiar direto está contaminado, nem nenhum colaborador das instituições onde trabalham e isso é um sinal claro que não há uma cadeia comum de contato, com vários laboratórios a intervir na questão dos testes, com várias instituições públicas como o Instituto de Medicina Molecular a intervir nos testes e, de alguma forma, as justificações técnicas e científicas que lhes apresentam são aceites pelo Município e não entram, obviamente, em questões polémicas com nenhuma instituição, nem com nenhuma pessoa singular, não lhes compete fazer isso. Neste momento, têm de ser pragmáticos, claros, concisos e ponderados na comunicação.
78. Depois têm uma coisa na presente fase que lhes parece mais interessante e que nem todos têm o dever de ter, quem está na oposição tem menos dever de ter do que quem está no Executivo, que é o sentido de Estado. Era mais fácil para o Executivo Municipal vir questionar a saúde, questionar o laboratório, pôr-se ao lado da instituição, pôr-se ao lado das pessoas, mas ao questionar os casos acusados como falsos positivos, pelos seus testes, colocariam em causa todos os testes negativos automaticamente feitos pelas mesmas instituições no Concelho de Vendas Novas e isto que a ciência nos prova, de uma forma muito clara e muito transparente que no presente momento no mundo inteiro os falsos negativos

são cerca de vinte por cento de todos os testes efetuados e que os falsos positivos representam um ou dois por cento de todos os existentes no mundo e, por isso, procuraram justificação científica, entenderam que não deviam nunca e a qualquer momento numa fase de guerra, colocar em causa a primeira linha, porque não querem os seus “soldados” a atirar contra pares, numa guerra em que têm uma primeira fileira a combater, devem estar atrás a suportar essa primeira fileira. Fizeram o que lhes competia, informaram com dados oficiais, procuraram justificações, apresentaram-nas em privado. Aceites ou não aceites, são para o Executivo os dados oficiais.

79. E a questão de 30 de abril, zero ativos, confirmadíssimo. No final do mês de abril não tínhamos nenhum caso ativo, os sete casos positivos passaram para recuperados. Vendas Novas tinha sete casos positivos, zero ativos e sete recuperados.
80. No dia 13 de abril e ao fim de duas semanas sem informação, a Câmara Municipal pressionou quem tinha de pressionar, porque a informação deve também ter uma outra premissa, ser constante, permanente e atualizada e nesse caráter de permanência, de atualização, não recebiam informação há duas semanas e, por isso, pressionaram as autoridades de saúde distritais para que lhes fosse dada informação oficial que só assim lhes é permitido comunicar à população e foi fácil, receberam a informação e comunicaram à população no dia 13 de abril em que tinham um caso ativo e oito recuperados, são no presente momento, nove casos no Concelho de Vendas Novas: um ativo ainda e oito recuperados. E, portanto, não existe qualquer tipo de confusão, garantem o direito à informação, os esclarecimentos procuraram junto de quem tem competência e conhecimento que o executivo humildemente reconhece que não tem para os prestar e, transmitiram aquilo que eram dados oficiais, preservando e protegendo aquilo que é o mais importante: as pessoas e as instituições, nunca referindo nomes nem de pessoas, nem de instituições e, portanto não há aqui nenhum espanto na recuperação dos sete casos que não tiveram cadeia de contágio. Os sete casos que o Membro Ricardo Videira fala e que o PSD fez questão de publicamente vir dizer que “era muito estranho e que deveria ser apurada a responsabilidade”, sendo que o Executivo obviamente o fez, não alimentaram especulações.
81. Como ele próprio, num vídeo feito pelo Presidente da Câmara Municipal, no dia 22 de abril, fez questão de frisar logo de antemão, que só divulgariam e atualizariam os dados oficiais sem alimentar especulações que, numa fase de guerra, só alimentam a confusão generalizada e isso porque tem sentido de estado e claro, o PSD não é obrigado a tê-lo nem tem responsabilidades na matéria direta e pode ter a sua estratégia de comunicação diferente daquela que tem o Município de forma legítima e reconhecem isso. No entanto, não há nenhum desconforto para o Município, não houve nenhuma pressão acrescida e souberam muito bem lidar com a situação.
82. Não precisaram de ser “anjos da guarda” ou ligar a cada uma das pessoas a saber se estavam bem, se houvesse algumas questões que pudessem alimentar de forma populista. O Executivo não é o “anjo da guarda” dessas pessoas, mas estão na primeira linha na sua defesa e a primeira defesa que lhes pode dar é não divulgar as suas identidades e não divulgar as suas instituições.
83. Fizeram um trabalho exaustivo com todos os lares, com as ERPI do Concelho de Vendas Novas, com fins lucrativos, sem fins lucrativos, reuniram todos desde a primeira hora, muito antes de aparecerem casos. Foram distribuídos equipamentos de proteção individual a todas as instituições. Semanalmente têm acompanhado o evoluir da situação e, portanto, o Município de Vendas Novas, os técnicos do Município tiveram um papel exemplar em cada momento neste combate e nesta guerra. Dos serviços de Desenvolvimento Social do Município, aos serviços de Proteção Civil, ao Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal, todos de forma profissional fizeram aquilo que tinham de fazer e o Município no presente momento sente-se profundamente satisfeito com aquele que é o trabalho dos seus recursos humanos, bem como aquela que é a resposta que têm dado à população nas mais diversas frentes.
84. O Membro Ricardo Videira questionara se se sabia alguma coisa sobre os testes, já respondeu a isso. A justificação técnica e científica foi simples. O momento do teste é feito, em qualquer momento da presença do vírus no organismo e num primeiro dia há mais presença do vírus e a pessoa inicia uma fase de recuperação ou de reação orgânica a esse agente agressor do seu organismo e o que lhes foi transmitido é que muito possivelmente e porque trabalhavam juntos, aquelas pessoas estariam numa

fase final da presença do vírus nos seus organismos. Cientificamente não consegue contestar isso, como não consegue contestar o contrário, só tem que aceitar o que vem nos dados oficiais e na qual nesta primeira fase têm de claramente confiar e nesse sentido refuta a existência com dados oficiais da saúde pública, de médicos especializados nessa matéria, com procedimentos ajustados da Organização Mundial de Saúde e com um conjunto de milhares de exemplos no mundo inteiro semelhantes a Vendas Novas a garantir que houve presença e contacto com o vírus, ainda de que forma muito ténue e felizmente sem sintomas, sem danos físicos para aquelas pessoas, porque os danos psicológicas *garantidamente existem e existiu* durante algum tempo, porque é normal e quem se vê confrontado com isso de alguma forma sofre com essa circunstância e ao Executivo só cumpre defender essas pessoas, protegendo a sua identidade.

85. Avançando nas questões colocadas pelo Membro Ricardo Videira e passando para a situação dos EPI'S à população. Permitam-lhe informar que nesse ponto concreto e informar toda a Assembleia Municipal que o Município tem, no presente momento, já uma resposta criada, mas que, como disse logo desde a primeira hora, tem sido extremamente difícil ter acesso a equipamento de proteção individual, máscaras, luvas, toucas, tapa sapatos, batas, tudo aquilo de proteção individual que o Município tem adquirido, tem chegado de alguma forma a conta-gotas e, portanto, a decisão imediata que tomaram foi vamos proteger aqueles que representam a primeira linha de resposta e ação no Concelho de Vendas Novas.
86. Em primeira instância, os colaboradores do Município de Vendas Novas exercem funções essenciais à nossa comunidade, a começar pela recolha do lixo, os serviços municipais de Proteção Civil, todos aqueles que são os Técnicos do Município que prestam funções sem as quais nenhuma comunidade tem qualidade de vida e consegue viver minimamente confortável.
87. Em segunda instância está o Centro de Saúde de Vendas Novas, primeira linha de resposta naquela que é a abordagem científica e médica à questão do Covid 19.
88. Em terceira instância, os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, muitas vezes ao serviço da comunidade e a incerteza de terem ou não terem Covid 19.
89. Interrompe o **Membro José Leitão** referindo que estão quase há uma hora a ouvir o Senhor Presidente da Câmara, referindo que é uma Assembleia Extraordinária.
90. Intervém a **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que o tempo foi retirado do Regimento. No presente momento ninguém tem limite de tempo, que é um tema muito delicado e todos os Membros têm direito a falar. Infere que o Senhor Membro José Leitão não pode interromper a palavra do Senhor Presidente, assim tal como outros Membros, solicitando ao mesmo para aguardar o seu momento para falar.
91. O **Membro José Leitão** refere que o assunto é Informação da Atividade Municipal, último ponto.
92. A **Presidente da Assembleia Municipal** esclarece o Membro José Leitão que não há o último ponto da Atividade Municipal por ser uma Assembleia Municipal Extraordinária.
93. O **Membro José Leitão** refere que essa situação não tem pés nem cabeça e que a Senhora Presidente da Assembleia está a cumprir um triste papel no meio de toda a situação.
94. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que a informação tem de ser prestada a todos os Vendasnovenses e aos Membros da Assembleia.
95. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e refere que, se em algum momento a Sra. Presidente, sentir que a intervenção que está a fazer não está a ir ao encontro do que é a expectativa do que a Assembleia tem na informação do Presidente de Câmara que o diga, porque nesse momento corrigirá a sua postura e adaptar-se-á àquilo que são as funções que exerce e que aparentemente não conhece.

96. Referindo que o Membro Ricardo Videira colocou, no caso concreto, vinte e duas questões e está a tentar responder uma a uma, sem deixar passar nenhuma, também por respeito que tem ao Membro Ricardo Videira, claro que entende que o Membro José Leitão esteja de alguma forma cansado, mas esta é a informação que acha que tem de dar à Assembleia Municipal. Se, em algum momento, sentirem que não está a fazer aquilo que lhe compete, digam-lhe, pois está totalmente disponível para ajustar a sua conduta, porque pensa que está a pegar em cada uma das questões que lhe foram colocadas pelo Membro Ricardo Videira, sem se desviar de nenhuma, mas se a Presidente da Assembleia entender que não está, lho transmita, que automaticamente corrigirá a sua conduta.
97. Refere que em relação à questão colocada pelos EPI'S à população, têm já uma resposta finalmente, depois de algum tempo a aguardar a entrega de equipamento de proteção individual, têm no momento uma entrega já feita de dez mil máscaras que, muito em breve, vão disponibilizar à população até através de um protocolo e de uma sugestão do Partido Social Democrata, que tem a ver com um Protocolo com os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, a quem vão entregar as dez mil máscaras de forma gratuita e podem também auxiliar-se na sua ação, disponibilizando aos Vendasnovenses, recebendo donativos para a sua instituição, com regras protocoladas, porque não pode ser de forma desregrada, mas têm isso previsto de acordo até com o que ouviram na Conferência de Líderes, realizada há duas semanas atrás.
98. E nesse sentido, há uma resposta que foi criada, mas não podem disponibilizar aquilo que não têm. Não têm máscaras, não as podem disponibilizar. As máscaras chegaram, corrija o Vereador Bruno Gomes que está presente na sessão, e se não se engana, ontem ou no presente dia, o Protocolo está para assinar e para ir à ratificação da reunião de Câmara.
99. De alguma forma, a resposta está criada, reuniram na passada quinta ou sexta-feira com a Direção dos Bombeiros Voluntários para esclarecer algumas questões do Protocolo e vão agora programar, uma vez que já chegou o material e já podem começar a disponibilizar aos grupos de risco e à população que tem doenças crónicas e que fazem tratamentos e que, infelizmente, ainda não tenham no mercado a disponibilidade generalizada desses equipamentos que são essenciais nos dias de hoje.
100. Em relação ao comércio local e aos kits, a razão é a mesma. O comércio local reabriu há uma semana e meia, faz segunda-feira duas semanas de reabertura do comércio local, dia em que iniciaram todos os procedimentos que tinham preparados para avançar com o apoio a essas instituições, nomeadamente, com aquisições de material para lhes distribuir e, nomeadamente, com algum conjunto de medidas de incentivo de apoio que abrangem não só o comércio local, mas também a restauração.
101. Para informação à Assembleia Municipal, no presente caso, vão ser distribuídos kits de equipamento que são simbólicos, obviamente que a Câmara Municipal não tem condições financeiras para dar equipamentos de proteção individual, de forma continuada a todas as instituições, mas de forma simbólica vão entregar na próxima semana a todo o comércio local e também a toda a restauração do Concelho de Vendas Novas.
102. No que concerne à questão da Feira da Bifana e ao incentivo, refere-se ao Membro Ricardo Videira que não existe melhor incentivo que podem dar às Bifanas do que lhes facilitar a reabertura e promover o seu trabalho e, nesse sentido, nada melhor do que os ouvir e foi isso que fizeram durante a presente semana. Realizaram uma auscultação às Casas de Bifanas para perceber onde é que podiam ser úteis e onde os podiam ajudar.
103. No presente caso, decidiram criar três zonas de esplanadas na zona da Boavista e permitir a criação de outras zonas de esplanadas a toda a restauração do Concelho de Vendas Novas, em espaço público, sem pagamento de taxas, de forma gratuita, como diz o Despacho do Governo que a permanência ou afluxo de cidadãos aos espaços da restauração se deve de fazer com preferência ao ar livre, com recurso às esplanadas e, nesse sentido, vão ser criadas três zonas de esplanadas na zona da Boavista, vai ser autorizada a toda a restauração a criação de esplanada utilizando o espaço público, sem que paguem nada por isso, além da isenção da publicidade que já tinham determinado em reunião de Câmara.

104. Sobre as Festas de Aniversário para as Crianças, o Membro Ricardo Videira refere que é tarde, mas essa atividade o PSD não propôs. Nenhum Município do distrito de Évora a está a implementar, nenhum Município do Alentejo a está a implementar e, de alguma forma, tarde, mas inovadora e mais vale tarde do que nunca e as crianças do Concelho merecem, de facto, essa resposta, mas a verdade de forma séria é que tiveram os colaboradores do Município cerca de um mês e meio, também eles em casa em turnos de quinze dias, numa questão de preservação da sua própria saúde e não tendo a equipa toda no terreno era impossível.
105. Com esta reabertura e com o desconfinamento, voltaram a ter os técnicos disponíveis e, por isso, só agora conseguiram pôr no terreno, não só essa, mas um conjunto de iniciativas que vão levar a cabo muito em breve e que dão resposta àquela que é a pretensão de todos que é de salientar e sublinhar aqueles que são os mais importantes, no caso, as crianças são as mais importantes e as festas para as crianças pode vir um pouco tarde, mas mesmo assim é inovadora em Vendas Novas, é inovadora em todos os partidos com representação na Assembleia e continua a ser inovadora na região do Alentejo, onde não há mais caso nenhum e portanto, entende a crítica como uma medalha por serem os únicos nessa ação e únicos numa coisa que é boa, como disse o Membro Ricardo Videira.
106. A questão dos equipamentos informáticos, de facto deram resposta ao primeiro ciclo, mas não foi só na questão dos equipamentos informáticos e, é importante quando se faz críticas, se faça uma crítica de reconhecimento, porque se é verdade que deram ao primeiro ciclo, não conseguiram dar equipamentos ao ensino básico e secundário, também é verdade que, no caso das refeições, as deram a todos numa primeira instância em que o Agrupamento não conseguia garantir isso.
107. Lamenta não ouvir da boca do Membro Ricardo Videira esse reconhecimento, porque nem sempre chegam onde não conseguem, mas quando conseguem chegam, independentemente de ser competência do Executivo ou não.
108. A questão dos equipamentos informáticos tem dois capítulos. Têm registo do Agrupamento que existem cento e quatro alunos que não têm equipamentos informáticos, nem internet para acederm às aulas e estudaram duas hipóteses: a primeira era a aquisição e rapidamente se desvaneceu nas suas cabeças, porque para um procedimento dessa envergadura só teriam equipamentos entregues na Câmara Municipal em junho e, em julho, já não fazem falta para o presente ano letivo.
109. Tem conhecimento que o Governo já montou um procedimento para aquisição nacional para estar disponível em outubro, no arranque no próximo ano letivo, não fazia sentido adquirir computadores que só vão estar disponíveis no final do ano letivo e não beneficiariam os alunos.
110. Então enveredaram por outra situação, que era o banco informático e foi o próprio Agrupamento que lhes pediu para que não o fizessem. Em articulação com o Agrupamento, sendo que a Vereadora Ana Barros também está presente e pode falar se a Sra. Presidente assim o entender ou o Membro Ricardo Videira pode esclarecer um pouco mais, mas foi-lhes dito para não pedirem, porque a maior parte do equipamento que iriam receber, iria causar mais problemas do que propriamente resolver soluções e eles próprios com o corpo “docente” que têm, foram resolvendo caso a caso. A informação que tem do Agrupamento é que, caso a caso, foram os próprios professores de informática, no caso do Agrupamento e os outros docente, foram entregando equipamentos que tinham aptos a ser utilizados, sendo que de facto, há muito lixo informático que se abrissem um banco de equipamento informático, lhes iria chegar e, presentemente, trabalham com quem tem a competência que é o Agrupamento, não é o Município nesse ciclo e ouviram-nos em cada passo que deram. O ótimo era conseguir ter a questão salvaguardada já, mas não tendo possibilidade de ter os computadores imediatamente, o Agrupamento tratou dessa questão e, com o dinheiro do Ministério, fez a aquisição de novos computadores para a escola, bem como dos routers para o acesso à internet para os alunos que não a tinham.
111. A informação que têm é do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas que, internamente, conseguiu responder a essa questão, não sendo necessário os recursos do Município para isso e, nesse momento, como todos sabem os recursos que vão fazer falta, entenderam que tiveram uma resposta que, de alguma forma, queriam dar, mas não ia ao encontro daqueles que a tinham de fazer, decidiram não o fazer.

112. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pensa que respondeu a cada uma das vinte e duas perguntas do Membro Ricardo Videira, agradecendo também a paciência que alguns tiveram e outros não para o ouvir, mas isso é assim mesmo. Fica disponível para questões.
113. O **Membro José Leitão** refere, primeiro de tudo, que começa a ter dúvidas se estão numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal ou se estão numa sessão ordinária, porque ainda não votaram nenhum ponto, as sessões extraordinárias da Assembleia Municipal são sessões muito específicas, criadas com determinados objetivos muito concretos e não com esse tipo de intervenção.
114. Se a sessão foi considerada extraordinária com o intuito de que o Presidente da Câmara possa, no início da Assembleia intervir livremente como interveio, tudo bem, então nessa altura percebe que seja uma Assembleia Extraordinária, porque numa Assembleia Ordinária, o Senhor Presidente falaria no final da Assembleia, depois da discussão dos pontos dessa Assembleia, na Informação à Assembleia Municipal e então nessa altura poderia explanar tudo o que quisesse. Aqui estão a inverter a situação, ou seja, a Câmara Municipal aparece a prestar informação à presente Assembleia Municipal, tendo em atenção que é uma Assembleia Extraordinária, ou seja, é a perversão total daquilo que é o funcionamento normal de uma Assembleia Municipal.
115. Mas deixando isso, também dizer que o Município de Vendas Novas tem espaços onde se podem realizar as Assembleias, estando as pessoas presentes e, por isso, considera que a próxima Assembleia, a mesma deverá ser realizada em espaços onde possam estar todos presentes e não por videoconferência, porque é bastante diferente o estar em videoconferência do que estarem presencialmente.
116. É evidente que a Bancada da CDU tem os Vereadores na Câmara Municipal, que têm apresentado um conjunto de propostas e, conseqüentemente, não vêm, nem se prepararam nesse sentido de levantar questões sobre o que é que aconteceu ou o que não aconteceu e apresentar propostas futuras, porque essas propostas têm sido apresentadas pelos Vereadores na Câmara Municipal. Queria dar essa nota e esperar que se entre realmente na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, porque o primeiro ponto não teve nada a ver com a ordem de trabalhos, referindo-se à Presidente da Assembleia que está a fazer uma “triste figura”.
117. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere-se ao Membro José Leitão, dizendo que a presente Assembleia é uma Assembleia Extraordinária com uma situação extraordinária, no qual esse é um assunto que todos os membros têm de saber o que se está a passar em Vendas Novas e, que nesse ponto foi solicitado para a presente Assembleia e que acharam que era o momento para esse ponto vir à Assembleia Municipal.
118. O **Membro João Perdigo** saúda todos os presentes. Não querendo tomar muito do seu tempo com questões que já foram abordadas à Assembleia Extraordinária, passa já ao que lhe fez intervir.
119. Já foi referido que, de facto, o PSD não tem Vereador e pela forma como foi explanado pelo companheiro de Bancada, isso em nada tem diminuído o papel e a forma responsável como o PSD de Vendas Novas tem exercido a oposição de forma a cumprir com aquilo que é o designio do seu partido em Vendas Novas, que é servir primeiro Vendas Novas e pensa que isso ficou bem claro e que não houve, de modo algum, o objetivo de querer ser populista, quer na forma como foram feitas as propostas apresentadas, quer no modo como foi referida a questão dos números e era aqui na questão dos números dos infetados que centra até para responder em parte ao Membro Valentino Cunha. De facto, o problema, sendo que no seu entender, em democracia, a transparência deveria ser regra, é que a Direção Geral de Saúde optou por ter um quadro de confirmados, recuperados, de mortes, suspeitos e falta o mais importante, no seu entender, que é os falsos confirmados e é nisso que está a questão que se tem centrado relativamente aos números em Vendas Novas.
120. Refere que enquanto estava a ouvir o Senhor Presidente de Câmara estava a aceder ao site da DGS e, no momento, tem-se oitos confirmados, sendo essa a situação que acha que está em falha, que deveria ter sido previsto se há um falso teste, isso deveria entrar como falso.

121. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e agradece naturalmente a exposição do Senhor Presidente da Câmara e reitera que o presente ponto é um ponto importante para a presente Assembleia Municipal que não reúne há mais de dois meses e é importante que esses assuntos sejam trazidos e particularmente para a sua Bancada do PSD que estão na oposição e sem Vereadores eleitos é, não só importante na presente Assembleia Municipal, como a predisposição que a Câmara Municipal tem tido para os ouvir, quer pessoalmente nos contatos com o Senhor Presidente, entre os dois, quer institucionalmente na reunião que mantiveram e que, de facto, terão outras, porque apesar das divergências que têm no plano político, a verdade é que todos trabalham a favor de Vendas Novas e, é por isso, que também respeita naturalmente a resposta dada pelo Senhor Presidente e o Senhor Presidente respeita também as observações que acabou de fazer.
122. Naturalmente, o objetivo é contribuir e esclarecer e, sair da presente Assembleia fortalecidos pelas posições que tomam e, nesse contexto, também gostaria de fazer algumas clarificações, quer em relação à intervenção do Membro Valentino, quer em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara.
123. Quando abordaram a questão dos equipamentos informáticos e, sem prejuízo de responder aos dois em simultâneo quando a questão é comum, dizer que, caso a Câmara Municipal tivesse optado por adquirir equipamentos informáticos, não teria sido um exemplo “virgem” no país, referindo-se ao Membro Valentino, não havendo nem um, nem dois, nem três, houve inúmeros casos, inclusive de Câmaras do Partido Socialista que optaram por adquirir equipamentos informáticos. Uma questão é a opção política de fazer esse investimento, outra questão é a opção legal que está garantida e que foi feita por outros Municípios, não adiantado escamotear, foi uma opção política do Partido Socialista de Vendas Novas que merece todo o respeito dos Deputados do Partido Socialista, mas também os da oposição, mas que era possível fazer. Não adianta esconder, era possível ter adquirido. É uma opção e tem de ser respeitada, sendo canalizado os investimentos para outras áreas que a Câmara Municipal entendeu como prioritárias e a Bancada do PSD também se reveem nisso. Apenas fazem a ressalva que teria sido importante.
124. Refere que não lhes parece bem que contornem a questão que colocaram referente ao Regimento de Artilharia n.º 5. O que está em causa para a Bancada do PSD não é a liberdade e a legitimidade do Regimento de Artilharia n.º 5 acolher doentes com Covid, antes pelo contrário. Têm tido um papel fundamental e é histórico em Vendas Novas nesse tipo de situações. Não é a primeira vez que acontece uma pandemia em Vendas Novas, já houve a gripe espanhola há cerca de cem anos em Vendas Novas e também, nessa época, terá havido o apoio daquela que é a principal instituição dentro do Concelho de Vendas Novas e continua a ser um apoio fundamental e tem um contacto direto e bem, com a Câmara Municipal. Veem que o contato é estreito e ainda no último 7 de setembro, a Sessão Solene lá se realizou simbolicamente, precisamente para homenagear esse papel importante.
125. No dia 25 de abril, o Senhor Presidente optou por homenagear os militares do Regimento de Artilharia n.º 5, a liberdade que os Vendasnovenses hoje têm e muito bem. Agora aquilo que entenderam que seria importante era que aquela informação que foi disponibilizada pelos meios de comunicação a nível nacional, jornais, rádios, tivesse sido disponibilizada aos Vendasnovenses de forma mais próxima, essa sim entendem que poderia ter sido feita de outra forma e poderia ter vindo através da Câmara Municipal.
126. Quando o Senhor Presidente da Câmara lhe diz que recebeu essa informação quando o Secretário de Estado veio a Vendas Novas, que foi posterior à data em que isso foi publicado pela comunicação social, não tem o que lhe dizer, a falha de comunicação poderia ter sido feita de outra forma. Agora, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tem obrigação de o informar de uma coisa que não sabe formalmente, isso percebe e concorda. Agora não se desvirtuem, não estão em desacordo com o procedimento do Regimento de Artilharia n.º 5 receber doentes com Covid, antes pelo contrário, esse papel é fundamental para o equilíbrio do país.
127. Refere também que, em relação ao sigilo e em relação como a informação é tratada, refere que o Lar Raízes do Tempo emitiu um comunicado oficial relativamente ao que se passou. Portanto, a

informação é pública, o PSD não a inventou, nem a está a divulgar hoje pela primeira vez. A informação é pública, há um comunicado a explicar aos seus utentes, às famílias que estavam apreensivas, à comunidade Vendasnovense, aos outros lares, as outras Estruturas Residenciais para Idosos do Concelho de Vendas Novas e sim tiveram momentos de stress, sim tiveram momentos de ansiedade e se preocuparam, porque aquilo que aconteceu com esse lar, podia ter acontecido com qualquer outro. Sendo eles realmente casos positivos e que tiveram essa recuperação com uma celeridade, que ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, não encontra grande paralelismo, nem a nível nacional nem a nível mundial. Refere que existem milhares de situações parecidas, o membro Ricardo Videira desconhece, mas o facto é que a situação é estranha, preocupou quem trabalha nessa área e preocupou a comunidade.

128. E o facto é que também durante dias a fio em Vendas Novas não se falava de outra coisa, porque se os casos eram verdadeiros ou não eram verdadeiros, os números batem certos, não batem certo e ainda hoje, como o Membro João Perdigão acabou de referir, “a bate não bate com a perdigota” e, é isso que é muito frustrante para os Vendasnovenses. É perceber que duas fontes oficiais de informação não têm a mesma informação e aquilo que vieram trazer não foi o facto de a Câmara Municipal estar ou não estar a dar dados oficiais, isso não está em causa, não esperaria outra coisa da Câmara Municipal de Vendas Novas, nem de qualquer outra entidade pública, agora os dados oficiais que estão a ser trazidos, não estão a chegar de forma clara, porque as pessoas não sabem quantos casos há, quantos casos confirmados há em Vendas Novas. Se a pessoa se for informar no sítio da Câmara Municipal há nove e se for informar no sítio da Direção Geral de Saúde há oito. A informação não é clara.
129. Refere-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, com a humildade que lhe reconhecem, também reconheceu algumas das propostas da Bancada do PSD e, o facto é que vieram para o presente fórum, porque creem que é o fórum certo para debater isso e, para esse confronto de ideias é um confronto que entendem positivo, mas dizer que lhe surpreendeu um dos pontos que acabou de referir.
130. Aquando lhe propuseram que adquirisse máscaras em vez de as distribuir eventualmente para IPSS ou outras entidades, para posterior redistribuição para a população ou mesmo donativos, ou venda, se se encontrasse um mecanismo para chegar à população mais carenciada, o Senhor Presidente da Câmara Municipal “torceu um bocadinho o nariz”, dizendo inclusive que não sabia se seria legal ou não, mas saúdam o facto de terem aceite a recomendação da Bancada do PSD, porque muitas vezes são as IPSS, são os Bombeiros que têm uma rede fina que permite chegar a essa população que muitas vezes está carenciada e conhecem os casos em concreto e, felizmente que têm essa rede para trabalhar no Município.
131. Havendo algo que lhe têm de dizer. Se não tem máscaras é porque reagiu tarde, porque há muitos Municípios que têm máscaras e que já as começaram a distribuir mais cedo e refere ainda que no dia 25 de abril, a Junta de Freguesia da Landeira já tinha máscaras para as distribuir. Há vinte dias atrás, a Junta de Freguesia da Landeira gerida pelo Partido Socialista, simbolicamente entregou a toda a população, um kit com máscaras e gel. Refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal agiu tarde, por isso tem as máscaras tarde.
132. No que toca ao comércio local, entendem que há “timings” para fazer aquisição, mas de novo a questão é “timing”. Se o comércio local abriu no dia 4 de maio, a Câmara Municipal deveria se ter preparado antes do dia 4 de maio para tomar precauções, para poder fazer a tal ação simbólica ou dar o tal apoio tão necessário e não esperar que houvesse oficialmente uma data de abertura e depois “correr atrás do prejuízo”. Quem “vai para o mar avia-se em terra” e, é nisso, que tinham a expectativa de ver a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal.
133. Refere ainda que sobre a auscultação, tiveram a humildade de escutar muita gente. Muitas das propostas que colocaram não são propostas do Partido Social Democrata, não são propostas dos Membros da Assembleia Municipal, representantes dos Vendasnovenses eleitos pelo Partido Social Democrata, mas são propostas da população e são as propostas de comerciantes Vendasnovenses e, diz com toda a frontalidade, aqueles com quem falaram, não tiveram contatos com a Câmara Municipal durante o período da pandemia. Portanto, de auscultação não têm lições, inclusive, disponibilizaram-se formalmente para ouvir e não lhes agradou o facto de não haver essa ligação mais estreita entre a

Câmara Municipal e os comerciantes, porque pessoalmente fez muitos desses contactos em nome do PSD.

134. No que refere às esplanadas menciona que é muito importante, ainda mais no período que se vai viver presentemente, em que o tempo vai melhorar e os dias vão ser mais longos e saúda muito, não só o facto de ter aceite uma das propostas da Bancada do PSD, acredita que fosse uma proposta que o Partido Socialista também já tinha e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha, não reclamando para si aquilo que não é só seu, não são os únicos a pensar e essa solução é uma solução muito importante, inteligente e que permitirá aumentar o número de pessoas a serem atendidas por cada um dos estabelecimentos comerciais e para muitos deles será fundamental para poderem sobreviver nesse período.
135. Referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que tem toda a solidariedade da Bancada do PSD nessa medida que foi tomada em relação ao alargamento das esplanadas.
136. No que toca às festas de aniversários não foi uma iniciativa do PSD e têm muito orgulho no seu Alentejo, mas Portugal não termina no Alentejo. O país tem muitos outros Municípios, alguns dos quais geridos pelo Partido Socialista e outros tantos geridos pelo Partido Social Democrata e a solução das festas não é inovadora. Podem ser inovadores na sua casa, na sua região, mas, o país é grande e isso passa na televisão há várias semanas, algumas festas envolvem os Municípios, outras envolvem as forças de segurança, outras envolvem as corporações de Bombeiros. Já se viu de tudo um pouco, tudo muito saudável e tudo altamente recomendável para ser estendido aos outros Municípios. Reforça, a Bancada do PSD concorda com a medida, têm pena que a mesma surja um pouco tarde, mas felizmente existirão crianças que poderão desfrutar disso no período de maio para a frente. Aquelas que, infelizmente, já fizeram anos terão de esperar pelo próximo ano e espera-se que não seja necessário, será sinal que já houve o desconfinamento necessário.
137. Por fim, referente aos equipamentos informáticos que também conversaram com o Agrupamento de Escolas e também obtiveram informações de novo, porque auscultaram. Não vai discutir os números, porque realmente têm um número diferente que lhe foi dado, não achando que isso seja o mais relevante. Pensa que o importante é garantir que, no arranque do ano letivo, todos os alunos tenham acesso aos equipamentos informáticos e a sua preocupação prende-se com o garantir que o Estado Central vai conseguir comprar/adquirir esses equipamentos ou não, porque se não conseguir e houver uma ponta de dúvida, acha que se tem de encontrar mecanismos a nível local para colmatar essa falha que pode não passar pela aquisição de equipamentos, já lhe tendo dado outras sugestões e que poderão eventualmente ser consideradas e inclusive já se dispuseram a ajudar, se assim o entenderem, na operacionalização se desejarem essa ajuda também e têm essa vontade e essa predisposição.
138. Refere que, o que não será aceitável para nenhum Membro da Bancada do PSD, eleitos nos órgãos autárquicos de Vendas Novas, é que no ano letivo 2020/2021 exista uma criança, exista um jovem em Vendas Novas que não tenha condições iguais de acesso à educação que os seus pares.
139. O **Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas** agradece a palavra. Agradece também as comunicações do Membro José Leitão, ao Membro João Perdigão e ao Membro Ricardo Videira.
140. Em relação à questão do Membro João Perdigão, em relação à questão dos falsos positivos, a resposta científica médica e oficial é que não houve falsos positivos em Vendas Novas. Que autoridade tem, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, licenciado em Línguas para duvidar, questionar ou refutar aquela que é uma justificação científica que lhes apresentam e que, pede-lhes perdão, com toda a humildade, é obrigado a aceitar por falta de conhecimentos técnicos e científicos, pura e simplesmente seus, do Executivo e de qualquer pessoa com quem falou e menciona que falou com muita gente da área da medicina, inclusive da área nacional da saúde pública que, de alguma forma, o confortaram com a justificação científica e médica que, de alguma forma, houve contato com o vírus, ainda que o teste tenha sido realizado na fase final da presença do organismo, felizmente dos colaboradores daquela instituição da qual não vai dizer o nome, porque nunca o fez.

141. Em relação à questão do Regimento de Artilharia n.º 5, resposta histórica não só na área da saúde, como na área de acesso aos serviços essenciais da comunidade de Vendas Novas durante décadas e séculos. Aliás, são motor de desenvolvimento da comunidade Vendasnovense, grande motor de desenvolvimento que foi também responsável pelo aparecimento de outras respostas, nomeadamente com o General Fisher aos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.
142. Em relação ao lar e ao comunicado do lar e não vai frisar nome mais uma vez, porque se comprometeu e fez um juramento de proteção da comunidade. Não é motivo para rir, e dirige-se ao Membro Ricardo Videira, pelo facto de estar a dizer isso com a maior sinceridade possível, que não frizará nomes de pessoas ou instituições durante a presente “guerra” e não o faz porque tem noção precisa que têm de ter um sentido de estado suficiente para não danificar ou prejudicar, querendo por vezes ajudar e compreende por vezes a necessidade que se tem de ajudar e do prejuízo que podem imediatamente prejudicar as instituições. Nunca o fez, nem para a comunicação social, nem em comunicados oficiais da Câmara Municipal e vai continuar sem o fazer, independentemente daquilo que são os pensamentos do cidadão Luís Dias, das vontades do cidadão Luís Dias, há uma missão que assumiu há sete anos atrás e a vai cumprir sempre e até ao fim com o máximo zelo que é enquanto Presidente de Câmara Municipal, defendendo todos os Municípios e todas as instituições que colaboram e que existem no Concelho.
143. Em relação à expressão “não bate a bota com a perdigota”, registou a expressão em relação aos dados, em que o Membro Ricardo Videira tem sempre os canais de investigação tão bons que registam palavra a palavra o que o Presidente diz na rádio, diz em tanto sítio, possivelmente não ouviu a sua declaração pública no vídeo no dia 13 de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima, sem nenhum paralelismo, em que foi o mais claro e conclusivo que podia ser em relação à questão dos dados.
144. Tem a ver única e exclusivamente com a compatibilização de dados locais, regionais e nacionais e que fez questão de o explicar no vídeo. Os dados da DGS tinham um problema, têm um problema e continuarão a ter um problema, porque a Direção Geral de Saúde, segundo aquilo que lhe disseram e que aceita tem um foco muito mais importante do que a atualização daquele mapa de Municípios. A DGS tem outras preocupações e, enquanto cidadão, espera que tenham outras preocupações.
145. Para o Executivo, o importante é que continuem, ao nível regional, a dar a informação local e enquanto isso acontecer e enquanto a sua credibilidade que tem, enquanto Presidente de Câmara, na presente fase, poder informar a sua população, esses são os dados mais credíveis que qualquer município pode ter. São dados oficiais das instituições de Proteção Civil e Saúde do distrito de Évora, dados esses que são carregados em sistema e enviados para o nível nacional e que muito mais tarde aparecem atualizados.
146. Relembra também, e o Membro Ricardo Videira não o disse, não sabe, se por lapso, mas os sete casos confirmados em Vendas Novas, só quatro dias depois, foram carregados no banco nacional da DGS. Curiosamente, tinha-se sete casos comunicados pelo Presidente da Câmara Municipal e só depois foram carregados, sendo normal, uma situação que ninguém estranhou porque, de facto, há essa incompatibilização de dados que aceita como justificação porque percebe que nesta fase o ónus e o enfoque têm de estar do outro lado, não na atualização dos dados.
147. Houve um erro que também frisou, de sete passaram a ter seis, coisa que imediatamente procuraram que fosse atualizado para não gerar confusão nas pessoas, o que veio a acontecer à *posteriori* ao passarem novamente a sete e depois a oito, com o oitavo caso e no presente momento têm nove, um ativo e oito recuperados, e aguardam a atualização que já pediram também nos dados nacionais da DGS e Vendas Novas, não é caso único. A maioria dos Municípios não tem os dados atualizados ainda ao dia ou data em que sai o Boletim, por este motivo simples. A preocupação da DGS tem de ser outra nesta fase. Os médicos de saúde pública estão presentes para combater essa guerra, não estão presentes para comunicar essa guerra e, muitas vezes, a comunicação é feita por aqueles que são os canais mais próximos das pessoas e esses são, sem dúvida, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia em áreas maiores, onde exercem esse papel informativo às suas populações e é também um direito e um dever das Câmaras Municipais e salvaguarda isso, o próprio Governo, num normativo legal sobre o Covid-19, obriga a que as Câmaras Municipais sejam informadas na pessoa do Presidente da Câmara,

responsável máximo da Proteção Civil a nível concelhio. E, portanto, sendo esse o normativo legal, têm de exigir de dar essa informação com a credibilidade que ainda têm felizmente junto das populações, salientando e esclarecendo, como fez questão no dia 13 de maio, dizendo que é normal da DGS, no relatório diário, não apareça ainda atualizada a informação porque, ainda não foi carregada no sistema nacional e isso pode levar dias.

148. No caso de alguns Municípios que já pediram correções, passaram semanas, porque o enfoque, de facto, não é esse e compreende isso. Refere que têm uma missão primária e têm uma missão secundária. A saúde pública, no presente momento, está vocacionada para a missão primária e depois para a missão secundária. Desde que haja articulação com os Municípios, desde que o mantenham informado, enquanto Presidente da Câmara e Coordenador e Comandante da Proteção Civil do Concelho de Vendas Novas, comunicará à população com os dados que tenha e se não os tiver, mesmo que saia no relatório da DGS, não comunicará sem ter oficialmente da fonte que considera fidedigna que é a Saúde Pública de Évora.
149. Em relação às máscaras e aos EPIS e ao que foi dito que não comprou logo, salvaguarda isso, fizeram encomendas multicanais na segunda quinzena de março e na segunda quinzena de março fizeram uma encomenda generalizada a vários fornecedores de vários materiais e também através da CIMAC. Isto para garantir aquilo que o Membro Ricardo Videira diz que foi um “mau procedimento”, mas o “mau procedimento” foi um bom procedimento. Garantir que o acesso aos EPIS se fazia por diversos canais e o Membro Ricardo Videira bem sabe que tentaram alguns com algum insucesso infelizmente, a verdade é que, de alguma forma têm vindo a ser entregues EPIS em Vendas Novas. A Câmara Municipal de Vendas Novas tem EPIS e tem, inclusive, uma reserva estratégica de EPIS. O Executivo é responsável, sabem muito bem que têm de chegar primeiro onde faz falta: instituições de primeira linha de resposta aos cidadãos, em segundo lugar a Câmara Municipal, ao Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários, GNR, lares e agora, como se sabe, fruto da reabertura das creches, chegaram também às creches, dando formação com o Centro de Saúde de Vendas Novas e a quem entregaram também kits de EPIS.
150. Depois das instituições estarem munidas e da encomenda que lhes chegou e, volta a frisar isso, ontem a Vendas Novas ou hoje de manhã. O Protocolo dos Bombeiros não está ainda assinado, não havendo perda de tempo aí e, logo que esteja, será disponibilizado aos Bombeiros e os Bombeiros disponibilizarão à população.
151. Frisa que as encomendas foram feitas na segunda quinzena de março. Há que reconhecer uma questão que para si é básica. Quem compra dois milhões de máscaras ou quem compra vinte mil máscaras, se fosse dono de uma empresa que tivesse de salvaguardar a sua empresa, deixa a questão de quais entregava primeiro. Claramente que entregava os dois milhões de máscaras e o que tem acontecido no nosso país e dá o exemplo do distrito de Évora, aquele que conhece melhor, e discutem isso nas Comissões Distritais de Proteção Civil, têm tido muita dificuldade ainda no acesso aos EPIS. Imagine-se as pessoas individualmente e aqueles que não conseguem gastar dois euros numa farmácia para comprar uma máscara, imagina a dificuldade que estão a ter e foi por isso que também criaram respostas alternativas com um tutorial publicado para que muitas pessoas pudessem fazer a sua máscara, para a sua família, para a sua rede de vizinhos, incentivando isso e felizmente e, pegando nas palavras do Membro Ricardo Videira, comportamento exemplar dos Vendasnovenses. Muita gente em Vendas Novas usa máscaras, as chamadas comunitárias, daquelas que os protegem de alguma forma, garantindo que podem andar na rua a contactar com outras pessoas, sem correr riscos e sem por em risco, comportamento exemplar. Ao desafio da Câmara Municipal com um tutorial na internet, assistem a muitas pessoas a produzir máscaras para si, para os seus, para os amigos, para os vizinhos e, de alguma forma, têm em Vendas Novas uma rede agora ampliada com a criação de um projeto que é a rede de costureiras solidárias, um projeto em que a Câmara Municipal dá o tecido e dá o elástico. As pessoas confeccionam e oferecem à comunidade, nomeadamente a essas pessoas mais carenciadas. Esta é a primeira resposta.
152. Segunda resposta, Bombeiros Voluntários com máscaras cirúrgicas, descartáveis para grupos de risco e para doentes que fazem tratamentos oncológicos.

153. Sendo que estão criadas duas respostas distintas em três momentos distintos, não aceitando que tenham chegado tarde, porque a verdade é que até há semana passada, as pessoas tinham de estar em casa. A regra do estar em casa continua, as pessoas têm de ir ao supermercado, à farmácia, devem-no fazer de máscara, mas antes de ir ao supermercado ou à farmácia, a Câmara Municipal incentivou a produzir a sua própria máscara há três semanas com um vídeo tutorial na internet de como poderiam produzir e, felizmente, garantir um comportamento exemplar de muitos Vendasnovenses com ofertas, inclusive, a muita gente que precisa dessas máscaras a serem feitas pelos Vendasnovenses. Está a comunidade a trabalhar para a comunidade. Nada mais vantajoso do que isso, a comunidade a produzir e a trabalhar para a comunidade.
154. Agora que têm o material que esperavam há algum tempo, será disponibilizado para os Bombeiros Voluntários para que possam disponibilizar também à população.
155. Em relação ao comércio e que não houve contacto com os comerciantes, já o salientou por diversas vezes, a Câmara Municipal criou uma linha de apoio direta para a economia local, grandes empresas, PME's, microempresas, comércio local, restauração e pode dizer que têm três técnicos dedicados a esse trabalho a cem por cento. Dois técnicos: um Economista, um Assistente Técnico que está há muitos anos no desenvolvimento económico e uma pessoa vocacionada para a área do emprego. Três pessoas que se dedicam em exclusivo a atender e a responder a questões colocadas por os empresários.
156. Garante na presente Assembleia e a todos os membros, o telefone da Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Vendas Novas não parou. Das duas uma, ou falavam com os comerciantes diferentes, ou eles não tinham essa informação, mas garante que no comércio local houve muita gente a recorrer a esse apoio e, nomeadamente, àquela que era a divulgação contínua que a UADE – Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Económico, fez sucessivamente nas redes sociais e através da rádio, dos incentivos até nacionais que o Governo criava e, no presente dia, foi mais um caso. Saiu o Programa Adaptar, em que o Governo financia a oitenta por cento as micro e pequenas empresas para aquisição e adaptação dos seus espaços comerciais, estando a falar dos acrílicos, das máscaras, das luvas com oitenta por cento de financiamento. Foi, no presente dia, divulgado para todos os contactos do comércio de Vendas Novas, da restauração, das micro e pequenas empresas essa informação, foi disponibilizado com muita assiduidade no facebook da Câmara Municipal, através da rádio a informação.
157. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicita ao Senhor Presidente para serem mais concisos no presente ponto por já estarem há mais de hora e meia no mesmo ponto.
158. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** refere que está a terminar.
159. Em relação às festas de aniversário, o Membro Ricardo Videira diz que não é inovador porque no país já se faz, no país e no mundo. Antes do Covid-19 chegar a Portugal esteve na China, na Itália, em muitos países onde isso foi feito e não inviabiliza que seja novidade em Vendas Novas. A novidade do Executivo não é novidade para o PSD, mas o PSD não se lembrou dela. É com bom tom que regista essa nota, mas é um projeto muito giro e importante para as crianças e vão continuar a fazê-lo.
160. Em relação aos computadores, já deu a informação que tinha a dar. Não pode responder pelo Governo Português e deixa só a informação à Assembleia, que exigiram que todos os professores e pessoal não docente fosse testado ao Covid-19 como fez a Segurança Social ao pessoal das creches, dos lares e do apoio domiciliário. Até ao momento não tem resposta se vai ser feito ou não, mas exigiram isso em officio enviado à DGEstE. Sabem que os EPIS vão existir e estão disponíveis para os professores e a Câmara Municipal vai doar duzentas e cinquenta viseiras para professores, alunos e pessoal não docente. Na próxima segunda-feira, já vão estar disponíveis nas escolas, duzentas e cinquenta viseiras para que sirvam de base de proteção a essas pessoas. Em relação aos computadores não pode responder pelo Governo, não têm infelizmente enquanto Presidente da Câmara Municipal pelo orçamento conhecido de todos, capacidade de chegar a todo o lado e muitos Municípios fizeram-no por terem competências diretas no ensino. Em Vendas Novas não o temos, portanto primeiro cumprem as suas. Sempre que possível tentam chegar mesmo que não seja a competência do Município, mas no caso

- concreto não foi possível ainda e volta a frisar que espera bem que o Governo faça parte desse investimento.
161. **A Presidente da Assembleia Municipal** solicita que sejam mais concisos neste ponto, uma vez que o mesmo já se está a debater quase há duas horas, sabendo que o mesmo é muito importante e que há muitas dúvidas.
162. **O Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e refere que ele e o Senhor Presidente da Câmara Municipal estão cada vez a ficar mais juntos e isolados em relação ao resto da Assembleia Municipal relativamente ao presente debate. Já sente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal com a mesma intensidade e a mesma vontade que o Membro José Leitão que, entretanto, desligou a câmara.
163. Entende que realmente é importante debaterem o assunto e com todo o respeito que têm feito até agora e, no fundo, o que lhes interessa é o bem da sua terra.
164. Referindo-se ao Senhor Presidente só para clarificar e que não subsistam dúvidas. O que está em causa para o PSD não é a linha de prioridades seguidas pela Câmara Municipal para distribuição de equipamentos de proteção individual. Essa está muito bem definida e, aliás, é aquela que está padronizada a nível nacional. Existe uma linha de prioridades e a Câmara Municipal seguiu-a bem. O que acontece é que, outras Juntas de Freguesia como a Junta de Freguesia da Landeira, ou outras Câmaras Municipais, como a de Montemor-o-Novo ou qualquer outra da nossa região que o Senhor Presidente da Câmara Municipal gosta de utilizar como referência do próprio Alentejo, estão já a distribuir kits de proteção e não só aos comerciantes, como também à população. Não quer com isto dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esteja a tomar más decisões. Está é a dizer que se queria dar o exemplo do caso particular dos comerciantes, deveria tê-lo feito desde o primeiro dia. A partir do momento em que as pessoas estiveram expostas ao risco, as pessoas abriram as suas portas, deveriam ter tido esse primeiro conforto e, nesse sentido, acha que a Câmara Municipal sim deveria ter tido outro tipo de postura, outro tipo de atitude.
165. Refere-se ainda ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas como à forma sigilosa em que evita muitas vezes dizer nomes de instituições e empresas e tiveram essa situação recentemente relativamente à fonte emissora de águas residuais que geraram problemas na ETAR de Vendas Novas. Menciona que percebe isso, mas o Senhor Presidente também fez declarações, em que disse que o problema, os sete casos seriam num lar em Vendas Novas, que parte do corpo clínico que é constituído por muito poucas pessoas, estaria infetado, e na constituição do corpo clínico há um médico, um enfermeiro e as pessoas começam a juntar A+A, 1+1=2, mencionado que há várias formas de dizer as coisas. O Senhor Presidente soube dizer as coisas sem dizer os nomes, mas a verdade é que a informação transpareceu cá para fora e passa a citar a fonte que tem na sua frente que é o Jornal O Observador, como Vendas Novas toda soube e houve comunicações oficiais.
166. O que importa é que, na interpretação da Bancada do PSD, a forma de comunicação deve ser revista e, particularmente, caso aconteçam casos mais graves, que não o desejam, dizem que se continue como está no presente momento, mas se acontecerem casos graves, que a forma de comunicação seja clara e que conforte os Vendasnovenses.
167. Menciona que podem contar com a Bancada do PSD para fazer parte da solução.
168. **O Presidente da Câmara Municipal** refere que a Câmara Municipal continuará, como até ao presente sempre, ao lado de Vendas Novas e dos Vendasnovenses a fazer aquilo que mereceu a confiança das pessoas todas do Concelho no atual Executivo. Estarão sempre presentes para dar a cara e fazer o melhor que conseguirem pela população, como fizeram desde a primeira hora até ao presente e, como é uma situação particularmente especial, pediam esse sentido de estado a todos quando, de alguma forma, se podem juntar ao pouco daqueles que contribuem para as soluções e não para os problemas.
169. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

**2.º Ponto – PROPOSTA DE 1.º REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DE 2020**

170. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
171. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e refere que lhe permitam que, no presente ponto seja o mais sucinto possível, atendendo às duas horas que se teve com o primeiro ponto e que era importante.
172. Em relação à Revisão ao Orçamento ao PPI e PAM, como sabem, estamos a pôr, de acordo com a nova legislação que foi saindo no presente momento Covid-19, costuma vir a revisão ao orçamento com as contas de gerência do ano anterior, foi de alguma forma permitido aos Municípios que, neste contexto, trouxessem as contas de gerência só em julho, o que vão fazer de acordo com o que está estipulado na legislação, sem que, no entanto, pudessem, de alguma forma, adiar a revisão ao orçamento até por questões práticas.
173. Informa a Assembleia Municipal que, do que foi possível e também com uma conduta que tem sido de rigor, não reviram só a despesa reviram também a receita e com a consciência clara que há dinheiro para entrar no orçamento, mas também há dinheiro que eram para receber e não vão receber, sendo até mais confortável, do ponto de vista da flexibilidade orçamental, não rever a despesa e assumir o embate das receitas que não iam ter, mas, de forma rigorosa, entenderam que deveriam rever, não só a entrada de dinheiro no orçamento, mas também aquela que tinham previsto e não vamos realizar e depois então ajustar a despesa, feito o exercício.
174. Nesse sentido e de acordo com essa ginástica, dar conta à Assembleia Municipal que têm uma entrada de saldo transitado do ano 2019, de trezentos e quarenta e três mil euros e têm também quatrocentos e cinquenta e nove mil euros do orçamento de estado que não o previam como fizeram e vieram a constar que é um aumento muito significativo do Orçamento de Estado para o Município e, por isso, têm de colocar essa verba no orçamento porque não o tinham feito.
175. Nessa circunstância, os quatrocentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta e três euros, dariam sensivelmente novecentos mil euros de entrada no orçamento, sem que isso vá acontecer de facto, porque temos a necessidade de rever a receita em baixa e, em baixa, no valor de duzentos e sessenta mil euros, ou seja, a estimativa técnica dos serviços financeiros do Município, com o Covid-19 no orçamento da Câmara Municipal, ou seja, com a não realização de atividades, a não prestação de serviços, é de duzentos e sessenta mil euros e, portanto, subtraindo esses duzentos e sessenta mil euros à entrada que prevíamos fazer no orçamento, chegaram ao valor de quinhentos e quarenta mil euros como se pode ver, que foi o valor de base que adotaram para reforçar então o orçamento da despesa. Fazendo esse exercício, no orçamento da despesa, além de uma coisa importante foi criada uma rubrica num investimento, sem que no momento tenham previsão de despesas de investimento com o Covid-19; a maioria das despesas são correntes e não de investimento, mas no entanto, por uma questão de precaução, criaram uma rubrica com cinco mil euros, para o caso de vir a ser necessário algum investimento, não estando a falar de obra, mas de aquisições de grande volume que sejam consideradas investimento e não despesa corrente. No presente momento não tem nada previsto e, como disse, criaram só o projeto por precaução e, se for necessária, alocação para uma simples alteração que é feita com a competência do Executivo da Câmara Municipal e que o poderão fazer a qualquer momento.
176. Criaram e reforçaram os projetos que tinham previstos também numa ótica de investimento, aquilo que são as grandes obras de investimento do Município, como podem ver, não há reforço na despesa corrente, só há reforço ao investimento.
177. Em primeiro lugar, em rubricas de capital relacionadas com as águas onde tinham ido buscar verbas durante os meses para os investimentos que precisavam e que não tinham cotação inicial e foi então reposta a verba e, estão a falar de uma verba de cerca de cento e trinta mil euros e reforçaram depois outros projetos de investimento que também eles são fulcrais ao desenvolvimento da economia local, ou seja, sempre que o Município faz investimentos do território, eles têm de estar positivos na economia local, seja na restauração, seja nas dormidas, seja no comércio local que vende materiais de

construção e entenderam que não deveriam parar com essa visão de investimento público, como alavanca daquele que é o investimento privado e o desenvolvimento económico do Concelho e, nesse sentido, votaram num conjunto de projetos com valores que os vão permitir desenvolver trabalho técnico para implementar a obra no terreno e melhorar as condições do Concelho.

178. Uma última nota e, numa informação que ia no ofício que enviou à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, por sugestão dos Vereadores da CDU, foi alterado o nome do projeto que no PAM tinha o Fundo de Emergência Municipal, que se se recordam era o Projeto “Proteção, Cidadania e Inclusão” e passou a chamar-se, por uma questão de transparência, Fundo de Emergência Municipal no PAM também. Têm o Fundo de Emergência no PAM e no PPI. Dar essa indicação, cumprindo com a apresentação que fazem, o Município, a previsão é cumprir, com as regras do equilíbrio orçamental, como não pode deixar de ser.
179. O **Membro João Perdigão**, relativamente a esse ponto e afastando-se do aspeto técnico associado à integração de saldo de gerência, fixando apenas no plano político, a Bancada do PSD tem de mencionar que as prioridades que são definidas pelo Executivo nas grandes rubricas, ou seja, as opções de investimento definidas pelo Senhor Presidente não correspondem de modo algum às prioridades e à visão que o PSD tem para o Concelho. Assim, desse modo, mas tendo em conta o carácter social em algumas das rubricas apresentadas, a posição da Bancada do PSD será de se absterem no presente ponto.
180. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU, na sequência da votação na Câmara Municipal, irá votar contra a revisão apresentada, porque os Vereadores da CDU na Câmara Municipal, para além de fazerem a proposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, também referiram o reforço da verba para esse fundo para duzentos e cinquenta mil euros de forma a contribuir com uma forma mais eficaz e fazer face a muitas das propostas que a CDU apresentou na Câmara Municipal em relação à Covid-19, porque apresentaram uma série de medidas na Câmara Municipal, sendo que no presente dia, não veio para a Assembleia Municipal para vir repetir o que já se disse na Câmara Municipal e, apresentaram um valor de duzentos e cinquenta mil euros para esse efeito e, inclusive, com a intenção de, caso fosse necessário, ser reforçado.
181. Na Câmara Municipal esse contributo não foi aceite e, conseqüentemente, na Câmara Municipal votaram contra. Reflexo disso também vão votar contra e posteriormente apresentar a Declaração de Voto por escrito sobre esse ponto.
182. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou o 2.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS), 6 votos contra (CDU) e 2 abstenções (PSD), a **Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2020**, incluindo a alteração da designação da atividade A3/2019 – “Proteção, Inclusão e Cidadania” do Plano de Atividades Municipal, para “FEM – Fundo de Emergência Municipal”.
183. O **Membro João Perdigão** refere que reitera o que o Membro José Leitão disse relativamente à próxima Assembleia Municipal de ser feita presencialmente, uma vez que existem condições para isso e reitera o que o companheiro de Bancada o Membro Ricardo Videira disse relativamente para o futuro as presentes Assembleias serem publicadas online e em tempo real, também se possível, transmitidas pela rádio.
184. Apresenta em nome da Bancada do PSD, uma Declaração de Voto. A Bancada do PSD não se revê na política de investimento movida pela Câmara Municipal, motivo pela qual votou contra o Orçamento do PPI para o presente ano. Decidiu, no entanto, abster-se na revisão desses instrumentos, atendendo ao reforço das rubricas referentes a apoios especiais que decorrem da pandemia.
185. O **Membro José Leitão** leu, em nome da Bancada da CDU, uma Declaração de Voto, solicitando que a mesma seja anexa à ata. (Anexo 9/20)

### 3.º Ponto – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL

186. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
187. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que estão perante uma competência direta da Assembleia Municipal que tem de autorizar a Câmara Municipal a assumir compromissos plurianuais, no caso concreto que não é novo, assumir um compromisso para um concurso público para o fornecimento de gasóleo ao Município, para os três próximos anos: 2020, 2021 e 2022.
188. O **Membro João Perdigo** menciona que já foi referido numa Assembleia Municipal pela Bancada do PSD e parece ser o caminho escolhido pelo Executivo que é o de não poupar o ambiente na questão da sustentabilidade. Naturalmente, gostariam de ver esses números reduzidos, fizeram referência aquando da compra das viaturas que se deveria ter apostado, enquanto Município, na sustentabilidade e nos carros elétricos e também já fizeram, inclusive, uma proposta ao Executivo com a questão dos carregadores elétricos e relativamente a esse assunto, dos combustíveis fósseis, faz duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.
189. A primeira questão tem a ver com o porquê de não ser apresentado um plano histórico dos gastos, para se ter um melhor enquadramento e a decisão dos valores apresentados. Depois face à incerteza que se vive relativamente à questão do petróleo, questiona quais são os mecanismos de revisão para esses gastos.
190. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Saúda a pretensão da Bancada do PSD em relação à sustentabilidade, política essa seguida pelo PS, com a criação dos corredores verdes na cidade e o incentivo ao uso da bicicleta e a meios alternativos de deslocação que lhes parecem que são os mais conducentes com o estilo de vida que querem para os Vendasnovenses.
191. No entanto, a energia elétrica e os veículos elétricos ainda não têm autonomia suficiente que lhes permita prestar os serviços à população e, portanto, nesse sentido, nem os valores, nem a autonomia lhes garantem que fosse um bom investimento a não ser para o ambiente, mas não para as pessoas e, portanto, colocando na bitola da decisão, que nem é para a presente Assembleia Municipal chamado o assunto, porque o assunto não é sobre isso e colocam-se do lado da sustentabilidade e revêem-se nessa linha de atuação e, é por isso que os investimentos que estão a fazer em Vendas Novas, são de promoção de meios suaves de mobilidade e não o contrário.
192. Em relação aos valores e aos mecanismos de revisão, os valores são os valores de base que têm como ponto de partida, ou seja, os valores que seguem nos últimos contratos desde que entraram na Câmara Municipal em 2013 são a base daquilo que lançaram e a ideia é essa, num concurso público têm de sujeitar àquilo que for a lei de mercado e à oferta face à procura.
193. Em relação aos mecanismos de revisão são aqueles que a própria legislação e as entidades reguladoras estipulam, ou seja, a cotação do preço é a cotação ajustada à realidade daqueles que o compram, seja o consumidor final, seja o Município.
194. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou o 3.º ponto à votação, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **autorizar previamente a abertura de procedimento para fornecimento de gasóleo para abastecimento da frota municipal, com os seguintes encargos máximos estimados: 2020 – 104.000,00 €; 2021 – 156.000,00 € e 2022 – 78.000,00 € (valores sem IVA) e autorizar previamente a assunção dos compromissos plurianuais que venham a resultar do procedimento descrito acima, até aos limites aí referidos.**

### 4.º Ponto – PROPOSTA PARA DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE CHEFE DA DIVISÃO OPERACIONAL, CHEFE

**DA DIVISÃO DE AMBIENTE E PLANEAMENTO E CHEFE DA DIVISÃO DE INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

195. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e solicita ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
196. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que não vai perder muito tempo no presente ponto, uma vez que já tinham vindo anteriormente à Assembleia Municipal a nomeação dos júris para estes procedimentos. No entanto, houve um dos elementos que deixou de exercer funções de Chefe de Divisão na Câmara Municipal onde exercia e não pode participar no júri não sendo chefia e, portanto isso levou-os a pensar em duas coisas: a primeira - suprir e ocupar o lugar desse concurso dessa chefia de divisão e munir os restantes concursos de suplentes caso volte a acontecer que lhes garanta que o concurso possa continuar, sem parar todo o processo, para não acontecer o que aconteceu no presente.
197. Apresentam-se basicamente os elementos que já tinham e que podem continuar com suplentes que exercem funções em outras Câmaras Municipais e, nesse caso concreto, DIDH – Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano, apresentam a substituição do elemento que saiu que já não pode estar, mais o suplente.
198. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou o 4.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), aprovar a designação dos júris dos procedimentos para provimento dos cargos de Chefe da Divisão Operacional, Chefe da Divisão de Ambiente e Planeamento e Chefe da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano.**

**5.º Ponto - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO – PARQUE DE ESTACIONAMENTO TEÓFILO BRAGA (PARTE)**

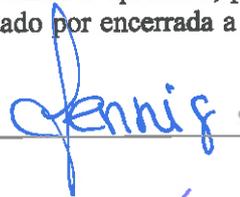
199. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e solicita ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
200. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e, se lhe for permitido, abordará os dois pontos em conjunto que têm a ver com o património e com o mesmo caso concreto, embora sejam terrenos diferentes e mereçam duas deliberações diferentes, mas o assunto é o mesmo.
201. Como é do conhecimento de todos, a Moagem de Vendas Novas entrou num processo de insolvência e foi detetada uma situação de falta de regularização patrimonial entre o Município e aquela entidade. Basicamente, no ano de 1982, há mais anos dos que o próprio tem enquanto pessoa, o Executivo da altura da Câmara Municipal deliberou fazer um negócio patrimonial com a Abranches & Filhos, proprietária da Moagem de Vendas Novas, sendo que não passou da fase de contrato de promessa de compra e venda e nunca se concretizou o negócio.
202. O que está presente é no sentido de regularizar uma situação e para isso acontecer, é necessário passar aquelas propriedades da envolvente da moagem, no caso do parque de estacionamento e que é conhecido de todos e o acesso àquela unidade, do domínio privado para o domínio público. É o primeiro passo para a regularização patrimonial que desde 1982 está por fazer e, nesse sentido, um problema com trinta e sete anos, que se no presente for aprovado pela Assembleia Municipal, poderá ser regularizado.
203. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou o 5.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação do domínio privado para o domínio público, dos prédios abaixo descritos, a fim de atualizar os mesmos na matriz e descrição predial: a) Prédio rústico sito junto à Rua António José de Almeida, inscrito na matriz sob o artigo 5548 da freguesia de Vendas Novas e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas sob o número 4851/20080829 da mesma freguesia de Vendas Novas, e; b) Prédio urbano sito na Rua Teófilo Braga, n.º 42-A, destinado a garagem com a área de coberta 28.00**

m2, inscrito na matriz sob o artigo 4132 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas, sob o n.º 3583/000816, da mesma freguesia.

**6.º Ponto – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1550,63 M2, DESTINADA A ESTACIONAMENTO PÚBLICO, DO PRÉDIO SITO NA RUA ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA**

204. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou o 6.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação do domínio privado para o domínio público, da parcela de terreno com a área de 1550.63 m2, destinada a Estacionamento público, do prédio sito na Rua António José de Almeida, a qual confronta a norte com Abranches e Filhos, Lda., a sul com Município de Vendas Novas, a Nascente com Ilda Tavares Correia e a poente com via pública, inscrito na matriz sob o artigo 10579 (parte) da freguesia de Vendas Novas e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas sob o número 5874/20191010 (parte), nos termos do art. 25.º al. q) e art. 33.º al. ccc), da Lei n.º 75/2013 de 12/09.**
205. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que devido à situação do Covid-19, não há público presente e, excecionalmente, face à situação que se está a passar e de acordo com a Lei n.º 1-A de 2020 de 19 de março, a Sessão não será pública, sendo a sua gravação colocada no sítio eletrónico do Município na internet.
206. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 23 horas e 16 minutos do dia 15 de maio de 2020.

A Presidente da Assembleia: \_\_\_\_\_



O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_



# Anexos

## **Declaração de Voto da bancada da CDU na Assembleia Municipal sobre a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2020**

A bancada da CDU considera que a proposta de revisão apresentada à reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas no montante de 542.431,45 euros, peca pela não afectação ao novo projecto "FEM – Fundo de Emergência Municipal" de uma verba no mínimo de 250.000,00 euros em despesas correntes e de capital, conforme propuseram os vereadores da CDU na reunião de Câmara Municipal, que:

- permitiria ter uma verba realista para fazer face à pandemia do COVID-19, que poderia e deveria ser reforçada caso fosse necessário, como se diz na primeira página do documento entregue "...ao espectável impacto das medidas tomadas para combate à COVID-19";
- permitiria ter uma rubrica única no orçamento por onde sairiam todas as despesas referentes à pandemia;
- permitiria desde já a existência de verbas para apoiar população, instituições e empresas do Concelho que estão já a sofrer directa ou indirectamente das consequências da COVID-19, como sejam os desempregados, os idosos, as famílias de mais baixos recursos, os micro e pequenos empresários, as associações, nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, que tiveram uma quebra de receita com o transporte de doentes não urgentes de 85%;
- permitiria saber-se objectivamente quais as medidas efectivamente realizadas pela Câmara Municipal em relação à COVID e os seus custos;
- por fim, permitiria ter uma leitura clara e transparente do valor exacto das despesas realizadas pela Câmara Municipal com a pandemia.

Ao assumir na revisão a inclusão no Plano Plurianual de Investimentos de uma verba de 5.000 euros no projecto "Fundo de Emergência Municipal", o que o Presidente da Câmara nos está a transmitir é que:

- as verbas gastas com a pandemia sairão do orçamento das mais diversas rubricas;
- a casuística do que foi gasto com a COVID-19 fica instalada;
- a pratica das constantes alterações orçamentais vai-se manter, tirando-se hoje verbas de um lado para colocar noutro e assim sucessivamente, pratica demonstrativa de que se gere sem rumo definido, sem projecto e sem um programa para o progresso de Vendas Novas.

Por tudo isto, a bancada da CDU na Assembleia Municipal vota contra a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2020 apresentada pela Câmara Municipal.

Vendas Novas, 15 de Maio de 2020